

PROPOSTA DE PAZ 2018

POR DR. DAISAKU IKEDA, PRESIDENTE DA SOKA GAKKAI INTERNACIONAL



Rumo à era dos direitos humanos: construindo um movimento popular

ENVIADA ÀS NAÇÕES UNIDAS (ONU)
POR OCASIÃO DO 43º ANIVERSÁRIO DA SGI, EM 26 DE JANEIRO DE 2018



DAISAKU IKEDA nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji, na área de economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 192 países e territórios.

Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as Escolas Soka (da educação infantil ao ensino superior), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor, com obras traduzidas para mais de 32 idiomas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Ikeda acredita que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo, onde imperam a desunião e a hostilidade, num lugar de coexistência pacífica. Por isso, apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como ONG no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também integra a Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Carta da Soka Gakkai Internacional

Preâmbulo

NÓS, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação, com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nichiren Daishonin.

Reconhecemos que, em nenhuma outra época da história, a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século 20. O desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada e exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi posta em risco. A realidade da violenta discriminação étnica e religiosa tem se apresentado num interminável ciclo de conflito. Se não bastasse, o egoísmo e a negligência do homem causaram, e continuam causando, problemas mundiais, como a degradação do meio ambiente. Também observamos que os abismos econômicos criados se intensificam entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nichiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e as crises que a humanidade enfrenta. Tal capacitação faz surgir uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, nos determinamos a hastear bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito de tolerância e do respeito aos direitos humanos. Embasados no humanismo budista, no diálogo, nos esforços práticos e no firme compromisso com a não violência, dispomo-nos a desafiar as questões mundiais.

Assim, adotamos esta Carta para ratificar os seguintes propósitos:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, visando à felicidade e ao bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nichiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a concretização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio das organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades, como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes, de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, promoverá diálogos e atuará, em parceria, para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e realizará intercâmbios culturais para criar uma sociedade internacional de cooperação e de compreensão mútua.

9. A SGI visará, com base no ideal budista de simbiose, à proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a aprimorar o caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.



Rumo à era dos direitos humanos: construindo um movimento popular

Dr. Daisaku Ikeda,
presidente da Soka Gakkai Internacional

Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU)
por ocasião do 43º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2018

Revisão: Cícero Sandroni

Tradução: Juliana Ballesteros Sales Vieira Kamiya

Colaboração: Edson Cruz





Companheiros do México e do Japão bradam juntos, e a voz deles se multiplica no auditório do Centro Cultural de Koto (Tóquio, Japão, jan. 2018)

O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN) discutido e aprovado em julho de 2017 na Organização das Nações Unidas e assinado, até o presente, por mais de cinquenta Estados, representou um marco decisivo para a paz e o desarmamento mundiais. Assim que entrar em vigor, o tratado vai incorporar as restrições feitas às armas biológicas e químicas e complementará o quadro internacional que proíbe todas as armas de destruição em massa.

A ideia de abolir essas armas estava na agenda das Nações Unidas desde a primeira resolução adotada pela Assembleia Geral em janeiro de 1946, um ano depois da fundação da ONU. A adoção do histórico tratado representa um avanço em campo marcado por impasse aparentemente intransponível, a permanente disposição de exterminar os que são vistos como inimigos com armas de destruição em massa. Para superar esta disposição, o TPAN foi preparado com forte apoio da sociedade civil mundial na qual se destacaram os sobreviventes de ataques por armas nucleares, os *hibakusha*. Sua

contribuição ao estabelecimento da paz mundial foi reconhecida quando o Prêmio Nobel da Paz de 2017 foi concedido à Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (Ican), entidade representativa da sociedade civil que se empenhou de forma contínua por um tratado que proibisse armas desumanas.

Em seu discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz realizada em dezembro, Setsuko Thurlow, ao falar depois da diretora executiva da Ican, Beatrice Fihn, declarou o seguinte com base na sua experiência como sobrevivente do bombardeio atômico de Hiroshima:

A humanidade não pode coexistir com as armas nucleares... Essas armas não são um mal necessário; elas são o mal supremo.¹

Essa convicção é compartilhada pelos membros da Soka Gakkai Internacional (SGI) que trabalharam juntos com a Ican logo após a sua fundação — uma colaboração reconfirmada com a visita

TRATADO SOBRE A PROIBIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES (TPAN)

O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN) é o primeiro acordo internacional juridicamente firmado que proíbe de forma peremptória e ampla as armas nucleares e objetiva sua consequente eliminação. Foi endossado por 122 países na sede das Nações Unidas em Nova York em 7 de julho de 2017 e, para entrar em vigor, deve ser ratificado por pelo menos cinquenta países. Até janeiro de 2018, foi assinado por 56 e ratificado por cinco países. Seus vinte artigos dispõem que os Estados signatários concordam e se comprometem a não desenvolver, testar, produzir, fabricar, transferir, possuir, armazenar, usar ou ameaçar usar armas nucleares ou permitir que essas armas sejam posicionadas em seu território. Os Estados que atualmente possuem arsenais atômicos podem aderir ao tratado mediante a apresentação de um plano com prazo determinado para a eliminação comprovada e irreversível de seu programa de armas de destruição em massa. Defensores do tratado acreditam que proibi-las sob a proteção do direito internacional representa um importante passo em direção a um mundo livre de armas nucleares.

da Sra. Fihn à sede da Soka Gakkai no Japão em janeiro. Naquela ocasião ficou clara a disposição da Soka Gakkai de rejeitar de forma radical a posição daqueles que, ao verem outros como inimigos, mostram a disposição de exterminá-los com um poder destrutivo extremo — essa tendência cruel

“Por que me concentrei tão decididamente em encontrar uma solução para a questão nuclear? Porque, assim como Josei Toda compreendeu, enquanto houver armas nucleares, a busca por um mundo de paz e de direitos humanos para todos permanecerá inatingível”

de negar a dignidade humana. Esta, infelizmente, é a base do pensamento que justifica a posse de armas nucleares.

A condenação das armas nucleares, de forma absoluta e total está contida no que meu mestre, segundo presidente da Soka Gakkai, Josei Toda (1900-1958), deixou claro em sua declaração ao pedir a abolição das armas atômicas em setembro de 1957, em meio à intensificação da corrida armamentista nuclear da Guerra Fria. Na medida em que a ameaça nuclear se expandia em nome de uma paz alicerçada na dissuasão, Josei Toda declarou: “Meu desejo é atacar o problema pela raiz, ou seja, cortar as garras ocultas na origem”,² condenando a natureza desumana das armas atômicas que comprometem direito de viver de todos os seres humanos.

Durante uma palestra proferida há meio século (em maio de 1968) quando as negociações sobre o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) estavam sendo concluídas, propus, com a declaração do Sr. Toda a repercutir no coração, que além do acordo sobre o TNP era importante proibir as armas atômicas em todos os seus estágios e aspectos, incluindo fabricação, teste e utilização.

Rumo à era dos direitos humanos: construindo um movimento popular

Além disso, na Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Desarmamento, realizada há quarenta anos (1978), apresentei dez pontos para o desarmamento e a abolição nuclear. Em seguida, redigi uma proposta por ocasião da Segunda Sessão Especial sobre Desarmamento (1982). No ano seguinte, comecei a escrever propostas de paz anuais para comemorar a fundação da SGI em 26 de janeiro, um esforço contínuo realizado nos últimos 35 anos na esperança de abrir caminho para a proibição e abolição de armas nucleares.

Por que me concentrei tão decididamente em encontrar uma solução para a questão nuclear? Porque, assim como Josei Toda compreendeu, enquanto houver armas nucleares, a busca por um mundo de paz e de direitos humanos para todos permanecerá inatingível.

A SGI criou laços estreitos no esforço comum pela abolição atômica com a Pugwash Conferences on Science and World Affairs (Conferências Pugwash sobre Ciência e Negócios Mundiais). O presidente da Pugwash que atuou na organização até 2017, Jayantha Dhanapala, enfatizou que uma bússola moral é indispensável para enfrentar os múltiplos desafios globais, incluindo o problema nuclear. Ele escreve:

É amplamente aceito, embora seja um equívoco, pressupor que o mundo dos valores éticos e o mundo pragmático da política são muito distantes um do outro e que nunca entrarão em acordo. As realizações da ONU ilustram que pode haver uma fusão entre ética e política, e é essa fusão que contribui para a melhoria da humanidade e para a paz.³

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que comemora o seu 70º aniversário este ano, pode ser considerada um exemplo pioneiro disso.

CAMPANHA INTERNACIONAL PARA A ABOLIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES (ICAN)

A Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (Ican) é uma coalizão da sociedade civil sediada em Genebra, Suíça, iniciada em 2007. Desde janeiro de 2018, a aliança é composta por 468 organizações não governamentais de 101 países, representando milhões de associados unidos pelo objetivo comum de um mundo livre da ameaça das armas nucleares. A SGI é, desde o começo, parceira internacional desse movimento para a concretização de um mundo livre de armas atômicas. A Ican recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2017 em reconhecimento ao seu “trabalho de alertar para as consequências humanitárias catastróficas de qualquer uso de armas nucleares” e por “suas inovadoras medidas para conseguir a proibição de tais armas respaldada por tratados”. Após a adoção do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares em julho de 2017, a Ican tem se dedicado a persuadir as nações a assinar, ratificar e implementá-lo. Esse trabalho está sendo realizado com eventos para sensibilização pública e ativismo nas Nações Unidas e nos parlamentos nacionais, sempre em conjunto com os *hibakusha*.

Embora leve em conta a importância da DUDH, gostaria de oferecer aqui algumas reflexões e perspectivas focadas nos direitos humanos para a resolução dos problemas globais. Por acreditar que essa abordagem, enraizada na preocupação com a



Monumento pela paz em memória de Sadako Sasaki, simbolizando todas as crianças vítimas do bombardeio atômico (Hiroshima, Japão, mar. 2015)

vida e a dignidade de cada pessoa, possa promover a fusão da ética e da política necessária para uma resposta eficaz.

As fontes espirituais da legislação dos direitos humanos

O primeiro tema que gostaria de destacar é que no coração dos direitos humanos está o compromisso de jamais permitir que mais ninguém sofra o que alguém já sofreu.

No ano passado, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, criou o novo cargo de re-

presentante especial para Migração Internacional para tratar das questões relacionadas aos refugiados e migrantes. Hoje, com cerca de 258 milhões de migrantes no mundo⁴ e um número cada vez maior de refugiados, a linha de frente dos estereótipos negativos — de que essas pessoas são um fardo ou uma ameaça — está alimentando um clima de exclusão social.

Louise Arbour, a primeira pessoa a ocupar esse cargo, afirmou:

Uma das coisas que precisamos enfatizar é a necessidade de os migrantes, como todas as pessoas, terem seus direitos humanos fundamentais respeitados e protegidos sem discriminação com base na sua situação.⁵

Tal entendimento deve servir de base para a resolução da crise migratória e dos refugiados.

Como a história do século 20 ilustra, com suas duas guerras mundiais, a incitação ao desprezo e à inimizade em relação a certos grupos de pessoas pode resultar em tragédia de escala inimaginável. A DUDH, adotada em dezembro de 1948, três anos após a fundação da ONU, foi a cristalização da sabedoria obtida com essas amargas lições. É vital, então, que uma vez mais confirmemos o espírito da declaração, a fim de encontrar uma resolução para as diversas questões de direitos humanos que enfrentamos hoje, inclusive a discriminação contra migrantes e refugiados.

Em junho de 1993, tive a oportunidade de conhecer o Dr. John P. Humphrey (1905-1995), que ajudou a elaborar a declaração na qualidade de primeiro diretor da Divisão de Direitos Humanos da ONU. Ao discutir o significado da DUDH, o Dr. Humphrey contou com emoção suas experiências pessoais e o tratamento discriminatório que enfrentou.

Nascido no Canadá, o Dr. Humphrey foi afetado pela tragédia desde muito jovem, ao perder os



Professor John P. Humphrey, diretor da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Assuntos Sociais das Nações Unidas (sede das Nações Unidas, Lake Success, Nova York, jan. 1948)

pais para a doença. Ele também sofreu lesão grave em incêndio que resultou na perda do seu braço. Separado dos seus irmãos, frequentou um internato onde foi repetidamente atormentado por outros estudantes. A Grande Depressão surpreendeu o Dr. Humphrey logo após a sua graduação na universidade e há apenas um mês do seu casamento. Embora conseguisse permanecer empregado, ficava aflito ao ver ao redor uma multidão de desempregados. Testemunhou também, como pesquisador na Europa no final da década de 1930, em primeira mão, a opressão fascista durante seus dias, o que intensificou sua percepção da necessidade de proteção jurídica internacional para os direitos de todas as pessoas.

Certa ocasião, Dr. Humphrey expressou seu orgulho por ter a DUDH garantido não só os direitos civis e políticos das pessoas, mas também seus direitos econômicos, sociais e culturais.⁶ Estou certo de que seus antecedentes pessoais e experiências de vida tiveram grande influência em seu trabalho para ajudar a elaborar e compilar a declaração.

Ele deixou claro que a DUDH foi o resultado de um esforço em colaboração e que uma parcela do

seu prestígio e importância se devia justamente ao fato de seus autores terem mantido o anonimato. Talvez seja por isso que suas contribuições permaneceram em grande parte desconhecidas, mesmo após se aposentar da função que exerceu como diretor da Divisão de Direitos Humanos da ONU por vinte anos.⁷

Mesmo assim, quando o Dr. Humphrey pessoalmente me enviou uma cópia do rascunho da declaração, cada letra redigida parecia brilhar com a oração de alguém que planta sementes para um futuro em que todos vivam com dignidade. Ao longo dos anos, a SGI apresentou este rascunho da DUDH como parte de sua exposição *Toward a Century of Humanity: An Overview of Human Rights in Today's World* [Rumo ao Século do Humanismo: Um Panorama dos Direitos Humanos no Mundo Contemporâneo] e em outros eventos semelhantes.

Encontrei-me com o Dr. Humphrey pela segunda vez em setembro de 1993, durante a primeira exibição internacional dessa mostra em Montreal, Canadá. A promessa que fiz para ele naquele dia — transmitir o espírito da Declaração Universal às futuras gerações — ainda permanece em meu ânimo em defesa da paz.

A chama do bem humano

Além da adoção da DUDH, o ano de 1948 também viveu o início das políticas de segregação racial na África do Sul conhecidas como *apartheid*. Nelson Mandela (1918–2013), posteriormente presidente da África do Sul, transformou seus sentimentos de raiva e tristeza contra a injustiça e a discriminação que enfrentou na luta para desmantelar o *apartheid*. Tive o prazer de conhecer o presidente Mandela em outubro de 1990, oito meses depois da sua libertação da prisão.

Em sua autobiografia, ele descreve seus motivos e seu impulso para se comprometer com a luta pela liberdade ainda na juventude:

O acúmulo constante de milhares de manifestações de menosprezo, de milhares de indignidades, de milhares de momentos esquecidos, produziu em mim uma raiva, uma revolta, um desejo de lutar contra o sistema que aprisionava meu povo.⁸

Apesar do tratamento brutal que sofreu na prisão, o coração do presidente Mandela nunca foi tomado pelo ódio, porque, mesmo nos momentos mais angustiantes, ele se agarrava à “centelha de humanidade”⁹ que via nos guardas e usava isso para seguir adiante.

Ao sentir que nem todos os brancos odiavam os negros, o presidente Mandela se esforçou para aprender africânder — idioma falado pelos guardas da prisão — e conseguiu tocar o coração deles falando em sua língua materna. Mesmo o despótico administrador da prisão demonstrou, pela primeira vez, um pouco de carinho por Mandela quando estava deixando o cargo. Com essa inesperada experiência, o presidente Mandela entendeu que a constante crueldade do administrador da prisão estava enraizada no fato de que “seu comportamento desumano lhe fora imposto por um sistema desumano.”¹⁰

Durante os seus 27 anos — cerca de 10 mil dias — de prisão, o presidente Mandela cultivou uma inabalável convicção de que “a bondade do homem é uma chama que pode estar escondida, mas nunca extinta.”¹¹ Após a sua libertação, como presidente da nação, tomou medidas para proteger a vida e a dignidade de todas as pessoas, negras e brancas igualmente.

Uma vez, quando a ira contra os brancos na comunidade negra foi impulsionada por outro massacre de negros por um grupo de brancos, o presidente Mandela não usou simplesmente de frases feitas para apelar pela harmonia. No meio de um discurso de campanha, ele de repente chamou uma mulher branca que estava de pé ao fundo da pla-

“Durante os seus 27 anos — cerca de 10 mil dias — de prisão, o presidente Mandela cultivou uma inabalável convicção de que ‘a bondade do homem é uma chama que pode estar escondida, mas nunca extinta’”

teia e pediu-lhe que subisse ao palco. Sorrindo, ele a apresentou à multidão como a pessoa que cuidou de sua saúde quando ficou doente na prisão.

Não é a diferença de raça que constitui o problema. Pelo contrário, o problema é o que está no coração humano. O ânimo do público mudou ao entender a mensagem e o impulso para a vingança diminuiu. As ações do presidente Mandela naquele momento parecem revelar que ele sabia muito bem, e de forma dolorosa, como as amarras de um sistema desumano podem roubar a humanidade de alguém.

O budismo praticado pelos membros da SGI retrata o exemplo do bodisatva Jamais Desprezar, cuja persistente prática ressoa com a convicção de que a chama da bondade humana pode estar escondida, mas nunca extinta. O bodisatva Jamais Desprezar aparece no Sutra do Lótus, que encerra a essência dos ensinamentos de Shakyamuni. Fiel ao seu juramento de jamais menosprezar os outros, não importando quanto o tenham desprezado, este bodisatva se curvava em reverência a cada pessoa com quem se encontrava. Mesmo quando caluniado ou maltratado, ele se recusava a abandonar a prática de oferecer as seguintes palavras: “Você pode certamente atingir o estado de buda”.

Até o fim, apesar do tratamento cruel que sofreu na prisão, o presidente Mandela não deixou



Nelson Mandela, vice-presidente do Congresso Nacional Africano (CNA) da África do Sul, levanta o punho enquanto se dirige para o Comitê Especial Contra o Apartheid no Hall da Assembleia Geral na sede da ONU (Nações Unidas, Nova York, jun. 1990)

sua confiança na humanidade das pessoas esmorecer. Da mesma forma, o bodisatva Jamais Desprezar continuou a acreditar na incomparável dignidade inerente do outro, independentemente do desdém que manifestavam por ele.

Nichiren Daishonin (1222-1282), que propagou o budismo no Japão do século 13 com base no ensinamento do Sutra do Lótus sobre a dignidade de todas as pessoas, explica que o espírito deste sutra está contido nas ações do bodisatva Jamais Desprezar. Ele escreve:

Qual o significado do profundo respeito que o bodisatva Jamais Desprezar sentia pelas pessoas? O propósito do advento do buda Shakyamuni, o senhor dos ensinamentos, neste mundo reside em seu comportamento como ser humano.¹²

De fato, as ações de Shakyamuni para acender a chama da esperança no coração das pessoas não foram o resultado de uma capacidade transcendente de sua parte, mas de um desejo genuinamente humano de aliviar de alguma forma o sofrimento daqueles que encontrava.

Em certa ocasião, incapaz de ignorar a situação de um discípulo que estava acamado pela doença, Shakyamuni começou a dar banho e a incentivar o homem, enquanto os outros assistiam. Quando um discípulo cego tentando consertar a costura de sua túnica murmurou “Não há ninguém que possa passar a linha por essa agulha para mim?”, Shakyamuni que se aproximou dele para estender uma mão amiga. Mais tarde, mesmo em meio à dor pela morte de seus dois discípulos mais confiáveis, Shakyamuni avançou, incentivando-se a continuar. E, com 80



Galanteio comovente na Cidade do Cabo. O casamento inter-racial é ilegal na África do Sul, apesar de a resistência à lei estar crescendo. As crianças, porém, desconhecem a discriminação racial (Cidade do Cabo, África do Sul, jan. 1982)

anos, apesar de reconhecer suas limitações físicas, continuou a expor seus ensinamentos em prol das pessoas até o último momento de sua vida.

Ficar ao lado das pessoas imersas nas profundezas do desespero, fazer surgir o sol no coração de alguém em meio a circunstâncias dolorosas e continuar a incentivar e incentivar os demais — este comportamento demasiadamente humano de Shakyamuni é a fonte da qual o fluxo vital da filosofia de vida do Sutra do Lótus surgiu e se mantém até hoje.

Na tradição budista Mahayana, Buda é referido como um ser comum digno do maior respeito. Como tal, um buda não está de modo algum afastado da humanidade. O bodisatva Jamais Desprezar exemplifica os principais ensinamentos

do Sutra do Lótus — por meio da nossa dedicação como ser humano em despertar e viver a nossa própria dignidade, enquanto prezamos e cuidamos daqueles à nossa volta, nossa vida se torna radiante com a sublime luz do estado de buda.

Nichiren Daishonin descreveu este poder de transformação da vida da seguinte forma: “Assim, tornamo-nos pai e mãe deste (buda da) iluminação perfeita, e o Buda é a criança a quem demos à luz.”¹³ Toda pessoa que entra em ação pelo bem dos demais, mesmo que carregue o fardo das dificuldades pessoais, manifesta sua essência e a missão original de iluminar a sociedade com a luz da dignidade.

O mesmo se pode dizer dos direitos humanos. Eles não nos foram concedidos por leis ou tratados;

o imperativo de proteger a liberdade e a dignidade de todas as pessoas decorre do fato de que cada um de nós é de forma inerente alguém precioso e insubstituível.

Como exemplificado pela vida do Dr. Humphrey e do presidente Mandela, os indivíduos que conseguiram insuflar vida à legislação dos direitos humanos são aqueles que, embora sujeitos à discriminação e às violações dos seus próprios direitos humanos, se recusaram a permitir que os outros passassem pelo que eles sofreram enquanto se dedicaram para destruir as duras barreiras sociais, uma a uma.

Um mundo livre da tragédia

O movimento em favor da paz da SGI se origina nas convicções do presidente fundador Tsunesaburo Makiguchi (1871-1944) e do segundo presidente Josei Toda [1900-1958], que travaram uma luta de resistência contra o regime militarista do Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Em *Jinsei Chirigaku* [Geografia da Vida Humana], escrito no início do século 20, Makiguchi expressa sua preocupação com a situação das pessoas do mundo em meio à expansão do colonialismo: “Na tentativa de controlar os países dos outros, [as potências imperiais] não hesitam em cometer cruéis atrocidades”.¹⁴

Em 1930, quando o crescente militarismo japonês afetou gravemente o sistema educacional, Makiguchi publicou o *Soka Kyoikugaku Taikei* [Sistema Pedagógico de Criação de Valor], no qual defendeu a tese de que a educação deveria servir para aprimorar a capacidade dos alunos de valorizar a felicidade de si e da sociedade como um todo. Manteve-se firme em suas crenças e continuou a se esforçar para pôr suas ideias em prática, mesmo quando as autoridades militaristas impuseram restrições a todos os aspectos da vida — desde a política e a economia até a cultura e a religião — com a Lei Nacional de Mobilização e *slogans* como “Esquecer de si e servir o estado” (jap. *messhi*

LEI DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Adotada em março de 1938, a Lei de Mobilização Nacional permitiu ao Estado japonês controlar a economia e a vida de seus cidadãos sem consulta prévia ao parlamento. Mesmo sendo abertamente criticada pelo parlamento, a lei foi promulgada devido à grande pressão dos militares. As prolongadas batalhas na China estavam deixando a economia em crescente tensão, com os militares exigindo um orçamento de 2,5 milhões de ienes — um montante quase equivalente ao total do orçamento nacional no ano anterior. A lei concedeu à burocracia maior autoridade na economia, incluindo o poder de recrutar trabalhadores para servir em indústrias de guerra. Na época em que foi abolida, em 1945, milhões de jovens haviam sido obrigados pela lei a trabalhar em fábricas, por vezes interrompendo ou impedindo seus estudos.

hoko). Rigoroso em sua crítica ao regime, ele sustentou que “Anular e esvaziar o eu é uma ilusão. O verdadeiro é buscar a felicidade genuína tanto para si mesmo quanto para os outros”.¹⁵

Makiguchi não cedeu diante das autoridades e da repressão ideológica, mesmo quando a divulgação do movimento foi reprimida e a Polícia Especial Superior intensificou a vigilância policial de suas reuniões. Continuou a falar para expor suas ideias e, em julho de 1943, foi detido por acusações de violar a Lei de Preservação da Paz e cometer atos de blasfêmia contra o xintoísmo estatal e o imperador. Seu discípulo Josei Toda e outros líderes foram presos com ele.

SEIKYO PRESS



Tsunesaburo Makiguchi, primeiro presidente da Soka Gakkai, e seu discípulo, Josei Toda (em pé, à esquerda), segundo presidente, dedicam a vida em prol da felicidade das pessoas comuns

No cárcere, privado de liberdades fundamentais de expressão, reunião e religião, Makiguchi permaneceu inabalável em suas convicções até o instante final de sua vida, falecendo aos 73 anos quando ainda estava encarcerado.

Nelson Mandela escreveu que um novo mundo não será conquistado por espectadores passivos, mas sim que “a honra pertence àqueles que nunca abandonam a verdade, mesmo quando as coisas

parecem sombrias e terríveis, e tentam de novo e de novo, que jamais são desencorajados por insultos, pela humilhação e nem mesmo pela derrota”.¹⁶

Se nos concentrarmos apenas no fato de que Makiguchi morreu na prisão, pode parecer que seus ideais nunca se concretizaram. No entanto, sua visão foi mantida viva por Josei Toda, que suportou as dificuldades da detenção ao lado dele.

Quando a Guerra da Coreia irrompeu dentro do contexto desenfreado das tensões da Guerra Fria, o que preocupava Josei Toda não eram as questões da política internacional, mas uma inquietude extremamente pessoal:

Não é meu propósito discutir assuntos relacionados à vitória ou derrota na guerra ou os prós e contras de políticas e ideologias; em vez disso, me entristeço ao pensar que a guerra faz inúmeras pessoas perderem seus maridos ou esposas e deixa muitas pessoas à procura de seus filhos e pais desaparecidos...¹⁷

As pessoas não têm aonde ir. Nada traz mais miséria do que perder toda a esperança pela pátria querida.¹⁸

Como Tsunesaburo Makiguchi, os constantes pensamentos de Josei Toda se voltavam para a situação das pessoas comuns.

Ele manteve a mesma perspectiva durante a Revolução Húngara de 1956. Embora em plena consciência da história da situação política que levou à insurreição, seu verdadeiro foco foi o enorme sofrimento dos cidadãos. Com este espírito, ele declarou: “Desejo ardentemente construir um mundo livre dessa tragédia o mais rápido possível”.¹⁹ Era este seu firme juramento de criar um movimento popular que tivesse impacto verdadeiramente transformador.

Josei Toda expressou essa convicção em sua visão do que chamou de “nacionalismo global” (jap. *chikyu minzokushugi*) — criar um mundo onde

CHIKYU MINZOKUSHUGI

O termo *chikyu minzokushugi* pode ser traduzido diretamente como “nacionalismo global” e indica a crença na união subjacente dos povos do mundo. Foi usado pela primeira vez pelo segundo presidente da Soka Gakkai, Josei Toda, numa reunião da Divisão dos Jovens em 1952. E corresponde ao que hoje é conhecido como “cidadania global”. A forte determinação de Josei Toda em considerar a felicidade das pessoas como princípio norteador em todos os momentos foi a fonte do seu ideal de cidadania global. Com base em sua experiência das tragédias causadas pelo ultranacionalismo japonês, ele buscou libertar as pessoas das amarras do nacionalismo mesquinho, para possibilitar que transcendessem os limites de uma perspectiva reduzida a um único Estado ou pessoa. Ele clamou por uma consciência de que a humanidade é uma só e que, em última instância, compartilha um destino comum. O Sr. Toda estava convencido de que a guerra entre Estados terminaria e uma sociedade global pacífica seria construída assim que as pessoas compreendessem esse ideal e assumissem a responsabilidade como membros de uma coletividade humana única.

as pessoas, qualquer que seja a nacionalidade, nunca sejam privadas dos seus direitos e interesses. Também insistiu que as armas atômicas, que negam às pessoas o direito fundamental à vida, constituem um mal absoluto e não podem ser toleradas. Sete meses antes de sua morte, ele

pediu a abolição das armas nucleares e confiou a missão de criar um caminho para sua proibição e abolição aos jovens da minha geração. Em seu trabalho pela adoção do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, a ênfase contínua da SGI tem sido a abordagem baseada nos direitos humanos, centrada na proteção do direito à vida. Tal abordagem procede da herança espiritual dos mestres do nosso movimento, Tsunesaburo Makiguchi e Josei Toda, cuja visão de paz mundial não se limitava aos esforços para aliviar as tensões entre os países ou impedir a guerra, mas cujo foco permanente era proteger resolutamente a vida e a dignidade de cada pessoa.

É realmente significativo que o TPAN, como um tratado de desarmamento, esteja ao mesmo tempo imbuído do espírito do direito internacional dos direitos humanos. Um dos seus aspectos mais notáveis é o foco no ser humano e no sofrimento suportado; o raciocínio da proibição, por exemplo, é baseado no risco que as armas nucleares representam para a “segurança de toda a humanidade”.²⁰

Além disso, o tratado deixa claro que sua execução não dependerá unicamente das ações dos Estados e reconhece explicitamente o importante papel a ser desempenhado pela sociedade civil.

Olhando para trás, a mudança de enxergar o indivíduo como fonte de preocupação para o sujeito com direitos dentro da sociedade internacional foi sinalizada pela Carta das Nações Unidas, que abre com as palavras “Nós, os povos”, e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enuncia os direitos a serem desfrutados por “todos”.

O preâmbulo do TPAN faz referência às contribuições dos *hibakusha* com seus testemunhos como vítimas dos ataques atômicos, para chamar a atenção da natureza desumana das armas nucleares. Durante as sessões de negociação, os representantes da sociedade civil estavam sentados na parte de trás das salas de conferência. No entanto, como elemento-chave, foi a sociedade civil,

de forma mais proeminente os *hibakusha* do mundo — vítimas dos bombardeios de Hiroshima e de Nagasaki e da produção e teste de armas nucleares em todo o mundo — quem proporcionou o impulso que levou à adoção do tratado. A devoção deles, como expressou o representante de uma nação, “os colocou na vanguarda do respeito”.²¹

Como parte desta rede da sociedade civil, a SGI esteve envolvida de forma profunda com o processo do TPAN, ao colaborar com a Ican para criar e organizar exposições que promovessem a conscientização pública sobre a natureza desumana das armas nucleares. É um bom exemplo dessa atividade é a apresentação de documentos de trabalho para as sessões de negociação.

Os ideais de paz e direitos humanos não podem ser alcançados em um único passo. A proteção legal e institucional dos direitos de cada indivíduo é estabelecida e ganha substância com o crescimento das iniciativas da sociedade civil, baseando-se nas fontes espirituais mais profundas do direito — o compromisso de não permitir que ninguém sofra o que alguém já sofreu.

O poder da educação em direitos humanos

O segundo tema que gostaria de discutir relaciona-se ao papel vital da educação em direitos humanos na superação das divisões sociais. Nos últimos anos, as questões relativas às fronteiras internacionais — a intensificação do controle de imigração em resposta ao influxo de refugiados e migrantes e as disputas territoriais sobre os recursos — ganharam grande atenção. Ao mesmo tempo, também estamos a testemunhar um aumento da conectividade global por meio da infraestrutura, tais como ferrovias, redes elétricas e cabos de internet submarinos que cruzam fronteiras nacionais.

Existem cerca de 750 mil quilômetros de cabos de internet submarinos e 1,2 milhão de quilômetros de linhas ferroviárias em todo o mundo, um comprimento total muito superior aos 250 mil

quilômetros de fronteiras internacionais em nosso planeta. A despesa com infraestrutura representa cerca de US\$ 3 trilhões por ano, bem acima de US\$ 1,75 trilhão de gastos anuais na defesa, e esta diferença só está aumentando.²²

À luz desses fatos, Parag Khanna, pesquisador sênior da Universidade Nacional de Singapura, propôs revisar nossa visão da geopolítica:

A ausência do conjunto completo da infraestrutura construída pelo homem em nossos mapas passa a impressão de que as fronteiras superam outras formas de retratar a geografia humana. Mas hoje o contrário é verdadeiro: as fronteiras só têm importância onde elas são relevantes; outras conexões são, na maioria das vezes, mais importantes.²³

Khanna salienta que este compromisso global com a infraestrutura não se limita a regiões como a União Europeia, mas também pode ser encontrado em zonas de tensão geopolítica, proporcionando aos Estados envolvidos a oportunidade de superar “os obstáculos da geografia natural e política”²⁴ e se beneficiar mutuamente com tal compromisso.

As iniciativas de Khanna para pôr em destaque o papel da geografia funcional, ao mesmo tempo que reconhece o papel da geografia política no contexto dos projetos de infraestrutura transnacional, relacionam-se com a perspectiva expressa por Tsunesaburo Makiguchi em sua obra *Jinsei Chirigaku* [Geografia da Vida Humana]. O Sr. Makiguchi, ao enfatizar que o comportamento dos seres humanos e dos Estados foi profundamente influenciado pela compreensão que tinham da geografia, exorta-os a basear suas atividades no princípio que ele denominou “competição humanitária”, que significa deixar de lado, conscientemente, as motivações egoístas e se esforçar para proteger e melhorar não só a própria vida, mas também a vida dos outros.



Meninos e meninas felizes na escola numa área rural da Índia (Amravati, Maharashtra, Índia, fev. 2016)

Mesmo que os contornos das fronteiras nacionais sejam vistos como não negociáveis, o crescimento contínuo dessas redes de infraestrutura global que conectam um país ao outro pode gerar relações mais ricas entre eles. Essa atividade, acredito, pode ser vista como uma expressão inicial do tipo de competição humanitária que Makiguchi defendia.

Um dos fundamentos da filosofia de Makiguchi é a ideia de que o valor surge das relações. O mesmo princípio pode ser aplicado ao desafio dos direitos humanos, em que ele aponta para a importância de expandir as redes que unem as pessoas e as coisas além das diferenças.

Ao expandir sua rede de conexão individual, com sua enfermeira e guardas brancos, Nelson Mandela fortaleceu sua convicção no potencial humano de todas as pessoas, base para suas ativi-

dades políticas após a libertação. Dessa forma, ele é exemplo de como os relacionamentos podem ser transformadores, dando origem a um valor positivo, apesar das profundas diferenças.

Shakyamuni, que expôs a dignidade de todas as pessoas, alertava regularmente seus discípulos sobre o perigo de permitir que nosso idioma molde as coisas de forma fixa ou imutável. Ele os advertia de que não é por nascimento, mas por meio das ações que alguém se torna um brâmane,²⁵ uma pessoa digna do mais alto respeito. Em outras palavras, o valor de uma pessoa nunca deve ser determinado pela linguagem que foi utilizada para descrevê-la.

Os ensinamentos do budismo incluem a expressão “repudiar, rejeitar e eliminar os outros nove mundos”.²⁶ Ela é usada para descrever e criticar a visão que separa os budas dos seres humanos e explicar que, para atingir o estado mais alto e su-

OS “DEZ MUNDOS”

O budismo identifica os “dez mundos” — dez estados ou condições de vida que experimentamos e nos quais oscilamos a cada momento, de acordo com nossas interações com o ambiente e com as pessoas ao redor.

Os “dez mundos” são: mundo do inferno, mundo dos espíritos famintos, mundo dos animais, mundo dos asura, mundo dos seres humanos, mundo dos seres celestiais, mundo dos ouvintes da voz, mundo dos que despertaram para a causa, mundo dos bodisatvas e mundo dos budas. Em alguns ensinamentos budistas, os “nove mundos” — com exceção do estado de buda — são considerados fundamentalmente separados do estado de buda. Essa não é a visão do Budismo Nichiren, que ensina que todos os “dez mundos” estão presentes em cada ser humano.

O mundo dos ouvintes da voz e o mundo dos que despertaram para a causa são por vezes conhecidos como “dois veículos”; em muitos ensinamentos budistas, as pessoas nesses estados de vida são consideradas incapazes de alcançar a iluminação definitiva por seu apego à arrogância. No entanto, o Sutra do Lótus que Nichiren Daishonin abraça ensina que até indivíduos dos dois veículos podem atingir a iluminação.

blime da vida (estado de buda), é preciso primeiro repudiar, rejeitar e afastar-se de todos os outros estados de vida (os nove mundos).

Com isso em mente, Nichiren Daishonin escreve:

A doutrina de que as pessoas dos dois veículos jamais poderiam atingir o estado de buda não era motivo de lamentação apenas para aqueles dos dois veículos. Compreendemos agora que também foi um sofrimento para nós mesmos!²⁷

Esta declaração afirma que negar a dignidade e as potencialidades de uma pessoa ou grupo específico não só agride a dignidade deles, mas também contamina as bases da nossa. Talvez esta afirmação parta de um entendimento budista particular sobre a natureza da vida, mas sem dúvida aponta para uma realidade — os perigos inerentes em colocar barreiras para a vivência da dignidade da vida de quem quer que seja — que deve ser levada em consideração quando ponderamos sobre os atuais desafios dos direitos humanos.

No mundo todo, vemos exemplos perturbadores de xenofobia em que indivíduos ou grupos são alvos de repúdio, prevenção e isolamento. Duas resoluções antidiscriminação foram adotadas durante as sessões ordinárias do Conselho de Direitos Humanos da ONU no ano passado: uma sobre o combate à intolerância com base na religião ou crença de uma pessoa; outra, sobre o início das negociações referentes ao protocolo adicional à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes adotada na Assembleia Geral em 2016 também advertiu: “Demonizar refugiados ou migrantes contraria profundamente os valores de dignidade e igualdade para todo ser humano, com o qual nos comprometemos”.²⁸

Até certo ponto, é natural sentir-se ligado a um grupo composto por pessoas com quem se compartilha características comuns. Também é de esperar que possamos sentir alguma apreensão em acolher pessoas de diferentes origens nacionais na

comunidade que consideramos nosso lar. No entanto, devemos reconhecer que tais sentimentos podem levar à exclusão e a violações dos direitos humanos, pois os sentimentos de inimizade e hostilidade se manifestam em discursos de ódio e outras formas de discriminação.

Ainda que tenhamos aumentado nossa capacidade de nos conectar com os outros, a ascensão de uma sociedade pós-industrial da informação em anos recentes também levou a um fenômeno no qual as pessoas só se associam com aqueles com quem compartilham as mesmas ideias. Entre as causas do que é conhecido como “filtros-bolha”, estão as pesquisas de dados que retornam informações já sintonizadas com as preferências do usuário, ocultando outras fontes. Gradualmente, sem perceber, a pessoa é envolvida em uma membrana isoladora de informações pré-selecionadas. O que preocupa nesse fenômeno é o impacto que ele tem na compreensão de uma pessoa sobre as questões sociais. Mesmo que alguém procure ativamente informações sobre um assunto de interesse particular, o conteúdo encontrado em sites e feeds de mídias sociais acabará por ter uma estreita semelhança com as opiniões que ela já possui. Dessa forma, desde o início, a pessoa é afastada de opiniões diferentes, que nunca se tornam objeto de análise cuidadosa.

O ativista digital Eli Pariser adverte: “Numa época em que as informações compartilhadas são a base de uma experiência compartilhada, os filtros-bolha são uma força centrífuga, que nos afastam uns dos outros”.²⁹ A capacidade de tomar boas decisões depende da consciência e do contexto, e, no entanto, ele escreve: “Nos filtros-bolha, nós não enxergamos 360 graus — e pode-se dizer que não enxergamos mais que um”,³⁰ alertando-nos sobre os efeitos adversos de nossas perspectivas restritas.

Uma pesquisa sobre diversidade mostrou como as pessoas que estão no grupo dominante de uma sociedade frequentemente desconhe-

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (ICERD)

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Icerd, em inglês), acordo das Nações Unidas adotado e aberto para assinatura em 21 de dezembro de 1965, entrou em vigor em 4 de janeiro de 1969. É um compromisso firmado entre seus membros para a eliminação da discriminação racial e a promoção do entendimento entre os diferentes povos. O acordo também exige que suas partes proíbam o discurso de ódio e criminalizem a adesão a organizações racistas. A adoção da convenção foi motivada por incidentes de antissemitismo ocorridos no mundo e que levaram a Assembleia Geral da ONU a aprovar a resolução que condena todas as manifestações e práticas de ódio racial, religioso e de nacionalidade como violações à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 24 de março de 2017, o Conselho de Direitos Humanos decidiu iniciar negociações sobre o rascunho do protocolo adicional da convenção que criminaliza atos racistas e xenofóbicos. Até janeiro de 2018, 179 Estados aderiram à convenção.

cem que estão livres da discriminação. A falta de consciência pode agravar a atmosfera social claustrofóbica vivida por minorias. Jamais me es-



Presidente Ikeda recepciona Rosa Parks na Universidade Soka da América, Campus Los Angeles, Estados Unidos (jan. 1993)

quecerei quando Rosa Parks (1913-2005), mãe do movimento pelos direitos civis dos Estados Unidos, descreveu, durante nosso encontro em janeiro de 1993, sua experiência pessoal sob um sistema de racismo legal que causou imenso sofrimento a inúmeras pessoas.

Até que os afro-americanos encontrassem os meios para tornar sua angústia tangível, de um modo claro, ela permaneceu em grande parte despercebida pela sociedade americana branca. O histórico movimento de boicote aos ônibus desencadeado pela recusa inequívoca da Sra. Parks de aceitar a injustiça gerou uma onda de mudanças exatamente porque comunicou essa angústia de forma ampla e eficaz.

Aprender a viver juntos

A sociedade japonesa está impregnada de discriminação contra os chineses, os coreanos e os cidadãos de outros países asiáticos. No decorrer dos meus esforços para promover o intercâmbio com os vizinhos do Japão e fomentar a cooperação e compreensão mútuas, fiquei amigo do ex-primeiro-ministro sul-coreano Lee Soo-sung, cujo pai foi juiz durante a ocupação colonial japonesa da península coreana (1910-1945). O pai do primeiro-ministro continuou a ir para o trabalho com trajes coreanos tradicionais e se recusou a usar o idioma japonês. Sua subsequente recusa em cumprir uma ordem oficial que obrigava os cidadãos coreanos a adotar nomes japoneses lhe custou a carreira jurí-

“Em nossas ações para promover a educação em direitos humanos, a SGI enfatiza o tipo de capacitação e conscientização que restaura a dignidade de todas as pessoas e constrói uma sociedade pluralista e inclusiva”

dica. As autoridades japonesas o demitiram do seu cargo e impediram-no de exercer a profissão.

Ao longo dos anos, tenho falado frequentemente aos jovens do Japão sobre as lições amargas da história. Ao fazer isso, fui impulsionado pela necessidade urgente de transmitir para o futuro relatos, como o do primeiro-ministro Lee, que demonstram o tratamento desumano dado pela nossa nação aos seus vizinhos antes e durante a guerra, e a profunda dor causada.

Durante uma palestra comemorativa na Universidade Soka em outubro de 2017, o ex-primeiro-ministro disse aos estudantes:

Mesmo a pessoa mais talentosa e realizada nunca deve menosprezar os outros. Da mesma forma, as pessoas de um grupo étnico nunca devem se comportar de forma arrogante com os demais.

Espero sinceramente que a geração mais jovem guarde essas palavras no coração para erradicar o preconceito e a discriminação que ainda permeiam a sociedade japonesa.

Muitos membros de grupos sociais dominantes podem considerar a discriminação como algo não relacionado à sua vida, mas para membros de grupos marginalizados esta é a realidade inegável do cotidiano. A educação em direitos humanos chama

a atenção para tais predisposições inconscientes, que alimentam a discriminação. Nesse sentido, ela oferece às pessoas a oportunidade de refletir sobre seu comportamento cotidiano. Em nossas ações para promover a educação em direitos humanos, a SGI enfatiza o tipo de capacitação e conscientização que restaura a dignidade de todas as pessoas e constrói uma sociedade pluralista e inclusiva.

A SGI apoiou a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2004). Nós pedimos a adoção de um quadro internacional de acompanhamento e nos engajamos em atividades de apoio ao Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos que começou em 2005. Em parceria com outras organizações da sociedade civil, apoiamos a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Formação em Direitos Humanos em 2011 e, posteriormente, trabalhamos para desenvolver uma rede na sociedade civil pela educação em direitos humanos. A SGI também organizou exposições do filme que coproduziu, *A Path to Dignity: The Power of Human Rights Education* [Um Caminho para a Dignidade: O Poder da Educação em Direitos Humanos], e atualmente promove exposições internacionais da sua mais nova exposição *Transforming Lives: The Power of Human Rights Education* [Transformar Vidas: O Poder da Educação em Direitos Humanos], inaugurada na sede das Nações Unidas na Europa, em Genebra, em março de 2017.

Um estudo de caso retratado no filme e na exposição detalha como um programa de treinamento em direitos humanos conduzido pela polícia do estado de Vitória, Austrália, ajudou a dissipar as tensões sociais. Após uma investigação revelar o comportamento abusivo da polícia de Vitória em relação aos membros da comunidade LGBT, o departamento de polícia adotou um programa de treinamento em direitos humanos que resultou na melhoria do tratamento para membros das comunidades de migrantes.

*Um Caminho para a Dignidade:
O Poder da Educação em Direitos
Humanos (vídeo do YouTube)*

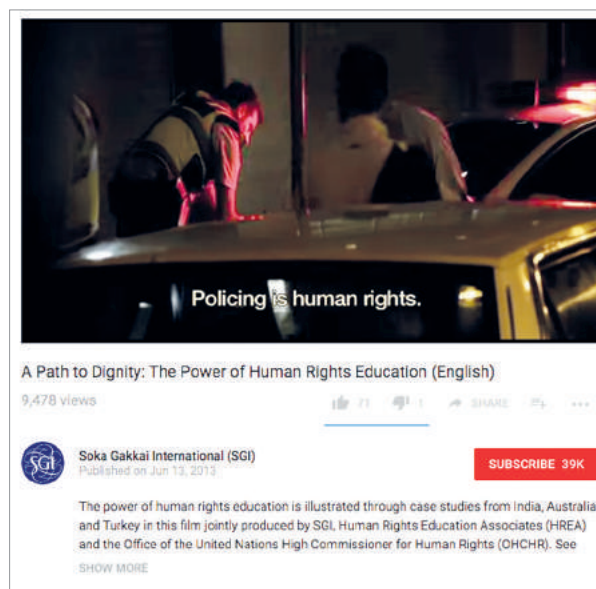


Como resultado do programa, os policiais conseguiram esclarecer seu papel no âmbito dos direitos humanos e a necessidade de não confundir a pessoa que deve sempre ser protegida em seu comportamento que, se for ilegal, deverá ser orientado.

Essa mudança na atitude da polícia também provocou uma mudança nas comunidades de imigrantes. Um jovem imigrante revelou que se sentia desconfortável sempre que era abordado pela polícia. Certo dia, um policial o convidou a integrar um programa de liderança jovem. Depois de participar do programa, a atitude do jovem em relação à polícia mudou por ter percebido que ele e o policial eram pessoas comuns, a única diferença era que um deles usava uniforme.

Dessa forma, um programa de treinamento em direitos humanos não só levou a uma mudança na atitude dos policiais em relação aos membros das comunidades, mas também a uma redução gradual da hostilidade dos imigrantes em relação a eles e o fortalecimento geral da confiança entre os moradores locais e a polícia.³¹

Esse estudo de caso ilustra que o significado real dos programas de educação e formação em direitos humanos vai muito além do ato de adquirir conhecimento específico ou determinado conjunto de habilidades. Consiste, sim, em revitalizar



nosso desejo de perceber a humanidade naqueles que são diferentes de nós e tecer laços de uma vida em sociedade.

O Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos tem se concentrado em diferentes públicos-alvo a cada cinco anos e já passou por três fases até agora. A primeira (2005-2009) focou na educação em direitos humanos para os sistemas de ensino fundamental e médio; a segunda (2010-2014) destacou o ensino superior

e treinamento em direitos humanos para professores e educadores, funcionários públicos, agentes de aplicação da lei e funcionários militares; e a terceira e atual fase (2015-2019) se concentra em profissionais da mídia e jornalistas. Proponho que os jovens sejam o foco da quarta fase, prevista para começar em 2020.

Embora sejam particularmente vulneráveis aos efeitos dos filtros-bolha nesta era digital, os jovens também têm aptidão especial para compartilhar na sua convivência o que aprenderam sobre os direitos humanos, tornando-os uma força poderosa para expandir o círculo de pessoas comprometidas a vencer a discriminação e o preconceito. O grupo central das pessoas que lideravam o Ican era de jovens entre 20 e 30 anos. Se a geração mais jovem moldar o movimento pela promoção dos direitos humanos de forma semelhante, certamente mudaremos a tendência atual do mundo — da divisão e conflito para a coexistência.

Aqueles que permanecem presos nas câmaras de ressonância dos filtros-bolha, ou inconscientemente erguem barreiras, não conseguem perceber o brilho intenso de humanidade inerente aos outros. Por conta disso, a luz de humanidade que eles também possuem permanecerá escondida, incapaz de tocar aqueles que estão à sua volta. Com a força de remover as barreiras que surgem das diferenças de identidade e de posição social, a educação em direitos humanos é capaz de expandir as oportunidades para que a luz de humanidade brilhe mais radiantemente, tanto para nós quanto para os outros.

O budismo Mahayana apresenta a analogia da rede de Indra, uma enorme rede suspensa acima do palácio da divindade budista Indra com joias brilhantes presas em cada um de seus nós. Cada joia não apenas emana seu próprio brilho, mas retém e reflete a imagem de todas as outras joias da rede, a cintilar na magnificência de sua totalidade. A rede de Indra reflete o tipo de sociedade ideal

que pode ser conquistada com a educação em direitos humanos.

A sociedade pluralista e inclusiva pedida na Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Formação em Direitos Humanos encontra sólida base no processo de tecer inúmeros laços para assegurar que cada um brilhe e seja iluminado pela luz da humanidade.

Cultura de direitos humanos tecida pela alegria mútua

O terceiro tema é que os laços que formam uma cultura de direitos humanos são tecidos pela vivência da alegria compartilhada com os outros.

Em 10 de dezembro de 2017, uma campanha marcando o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi lançada no Palais de Chaillot, em Paris, local em que a declaração foi adotada em 1948. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, declarou: "Devemos assumir uma posição firme e decidida: ao apoiarmos resolutamente os direitos humanos dos outros, defendemos nossos próprios direitos e os das gerações vindouras".³²

A conscientização por ele solicitada é notória em outras campanhas das Nações Unidas. Pode ser encontrada em *Together* [Juntos], a campanha da ONU dedicada a melhorar a vida de refugiados e migrantes, e nas atividades realizadas pelo Movimento ElesPorEla [HeForShe] de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero. Como os nomes dessas campanhas sugerem, expandir a solidariedade é fundamental para a construção de uma autêntica cultura de direitos humanos — algo intrinsecamente diferente do tipo de tolerância passiva na qual não existe compreensão real das dificuldades vividas pelos outros.

A tolerância passiva está longe da coexistência no sentido mais verdadeiro. Há o perigo de que as ações das pessoas permaneçam superficiais e insig-

nificantes, limitadas a atos como permitir que outros vivam no mesmo bairro ou cumprir as leis e regras pertinentes. Tal tolerância passiva é insuficiente para conduzir as pessoas a reconhecer a humanidade comum naqueles que são tidos como diferentes, tornando-a ineficaz no combate aos impulsos de exclusão em tempos de intensas tensões sociais. Isso impulsionou uma nova abordagem, liderada pela ONU, para a criação de uma cultura de direitos humanos baseada no trabalho conjunto para transformar a consciência pública na direção de uma sociedade onde todos vivam com dignidade.

No budismo, encontramos a frase: “A verdadeira felicidade é aquela compartilhada por si e pelos outros”.³³ Com base nesse princípio, acredito que a fonte para a criação de uma sociedade de coexistência mutuamente enriquecedora se encontra num modo de vida no qual nos alegramos ao ver a dignidade uns dos outros irradiar todo o seu potencial.

O Sutra do Lótus retrata uma série de cenas em que os discípulos de Shakyamuni, tocados após ouvir o ensinamento sobre a dignidade da vida, um a um expressaram o juramento de viver por este princípio. Isso gera uma reação em cadeia de júbilo — descrita em frases como “o coração deles foi tomado por grande júbilo”³⁴ e “a mente deles bailou de alegria”³⁵ — pela qual todos aprofundam a noção do máximo valor e da dignidade da vida.

O movimento popular da SGI é impulsionado por esse mesmo sentimento de alegria mutuamente compartilhado. Ele surge da dedicação em apoiar cada pessoa ultrapassando as diferenças, para que continuem avançando à medida que assumem os desafios da vida. Manifesta-se ao testemunhar amigos brilharem com dignidade enquanto perseveraram diante das dificuldades, de celebrar o crescimento e o progresso do outro como se fosse o nosso. Experimentar essa alegria partilhada e mútua tem sido a fonte do nosso movimento.

Este conceito de alegria compartilhada me traz à mente o historiador Dr. Vincent Harding (1931-

-2014), que me contou sua experiência no movimento pelos direitos civis americanos. A visita do Dr. Harding como estudante de graduação à casa de Martin Luther King Jr. (1929-1968) foi decisiva para direcioná-lo ao seu permanente compromisso com a causa.

Isso ocorreu em um momento nos Estados Unidos quando o boicote dos ônibus provocou uma enorme onda de vozes exigindo o fim do racismo institucional. As tensões aumentaram, especialmente nos estados do Sul, quando um estudante universitário afro-americano foi impedido de frequentar as aulas e alunos negros continuaram sendo impedidos de entrar no ensino médio.

O Dr. Harding morava em Chicago na época, e estava examinando a possibilidade de criar uma comunidade eclesial de cristãos negros e brancos. No decorrer do trabalho, seu grupo de amigos começou a se perguntar:

O que faríamos se estivéssemos vivendo no Sul, onde é proibido e perigoso para negros e brancos viverem e trabalharem juntos como irmãs e irmãos? Ainda tentaríamos viver da forma que consideramos certa e louvaríamos nossos relacionamentos uns com os outros, mesmo se tivéssemos de enfrentar sérios problemas?³⁶

Após essa discussão, cinco amigos — dois negros e três brancos — decidiram testar a premissa viajando juntos para o Sul. Eles dirigiram uma perua antiga, fazendo sua primeira parada no Arkansas, onde visitaram a casa de figuras centrais no movimento para ajudar os estudantes que foram recusados de ingressar numa escola de ensino médio recém-integrada. Eles testemunharam em primeira mão as terríveis ameaças que esses líderes sofreram.

Em seguida, viajaram pelo Mississippi — onde a violência contra aqueles que desafiavam as práticas de segregação e supremacia branca era cons-



Família afro-americana sorridente na Black Family Reunion Celebration (Celebração da Reunião da Família Negra, em tradução livre), Washington, DC

tante —, chegando ao Alabama, Montgomery, onde o Dr. King se recuperava em casa de um ferimento a faca que sofrera em ataque. Apesar disso, Coretta Scott King (1927-2006), esposa do Dr. King, recebeu calorosamente o grupo em sua casa e puderam se encontrar com ele.

Recordando aquele momento, o Dr. Harding me disse:

Durante esse primeiro encontro em Montgomery, ele [Dr. King] ficou impressionado que nós cinco, dois negros e três brancos, viajássemos juntos como irmãos...

Um de seus principais objetivos não era simplesmente estabelecer os direitos legais dos negros, mas ir além e criar o que chamou de “comunidade amada” onde todas as pessoas poderiam redescobrir o sentido de nossa conexão fundamental como seres humanos.³⁷

Devemos lembrar que o Dr. King reconheceu a luta pela adoção de novas leis que abririam caminho para uma sociedade igualitária e justa como primordial batalha a ser travada: por estruturas jurídicas como a legislação dos direitos civis que cria as bases para combater a discriminação e a opressão prevalentes na sociedade e são, portanto, absolutamente necessárias. E, no entanto, o Dr. King almejou algo ainda mais importante: ele lutou para eliminar completamente o preconceito e o ressentimento e aspirar o que o Dr. Harding descreveu como “uma nova América — uma América onde negros e brancos, bem como pessoas de todas as cores, se uniriam para encontrar um solo comum para o bem de todos”.³⁸

Em agosto de 1963, cinco anos após o encontro do Dr. Harding com o Dr. King, o crescente entusiasmo pelos direitos civis culminou na Marcha em Washington, DC, que atraiu uma multidão de



Mural em homenagem a Martin Luther King Jr. no Local Histórico Nacional de Atlanta, Geórgia, Estados Unidos (out. 2014)

todas as etnias e origens. Em um registro dos eventos desse dia em sua autobiografia, o Dr. King resume os sentimentos dos participantes da seguinte forma:

Dentre as quase 250 mil pessoas que viajaram naquele dia para a capital, havia muitas autoridades e celebridades, mas a comovente agitação veio da massa de pessoas comuns que se mantiveram com majestosa dignidade como testemunhas da determinação concentrada em conquistar a democracia em sua época.³⁹

Não consigo deixar de considerar que o sentimento comum entre os presentes era de alegria unânime ao testemunhar que o desejo coletivo de

liberdade e igualdade promove uma mudança na sociedade. A alegria deles não era meramente fruto de um único dia de viagem a Washington, mas surgiu de um longo e árduo processo, uma soma crescente em difíceis batalhas que levaram a esse dia.

A Marcha em Washington não foi apenas histórica em termos da solidariedade demonstrada por pessoas de todas as origens, incluindo muitos brancos, mas, como o Dr. King observou, também uniu as três maiores crenças religiosas do país mais que qualquer outra questão na história em busca da paz da nação.⁴⁰

Da mesma forma, os esforços da SGI na busca pela abolição nuclear, incluindo nosso recente trabalho com várias organizações religiosas na

elaboração e divulgação de declarações conjuntas, surgem da determinação concentrada em criar uma onda de mudanças pela solidariedade dos cidadãos comuns. O ponto de partida para essa iniciativa foi um simpósio inter-religioso realizado em Washington, DC, em abril de 2014, onde representantes das tradições cristã, muçulmana, judaica e budista se uniram para debater o problema das armas nucleares, produzindo uma declaração conjunta assinada por pessoas de catorze diferentes organizações religiosas.

A partir de então, esta rede de comunidades religiosas soou com uma voz comum pela abolição das armas nucleares, ao emitir oito declarações conjuntas em momentos importantes. Entre elas, a Conferência de Viena de 2014 sobre o trágico impacto sobre a humanidade produzido pelas armas nucleares,⁴¹ a Conferência de revisão do TNP de 2015,⁴² a segunda sessão do Grupo de Trabalho Aberto das Nações Unidas de 2016⁴³ e as sessões de negociação que resultaram no Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares realizado em 2017.⁴⁴

Esses laços de solidariedade foram estabelecidos não apenas pela missão comum entre tradições religiosas; também manifestam uma profunda alegria em poder avançar juntos para a resolução de desafios humanos cruciais.

Em novembro de 2017, a SGI participou do simpósio internacional *Perspectives for a World Free from Nuclear Weapons and for Integral Disarmament* [Perspectivas para um Mundo Livre de Armas Nucleares e para o Desarmamento Integral], realizado no Vaticano. Durante uma audiência com participantes da conferência, o papa Francisco não apenas condenou o uso das armas nucleares, mas também sua posse. Declarando que elas criam uma falsa sensação de segurança, disse que apenas uma ética de solidariedade serviria como o verdadeiro fundamento da coexistência pacífica. Ele também reconheceu a importância do que chamou de “realismo saudável” como de-

monstrado pelos muitos Estados que responderam à natureza desumana das armas nucleares com negociações que produziram o TPAN.⁴⁵ Concordo plenamente com esses pontos de vista.

Há cinquenta anos, um mês depois do assassinato do Dr. King, fiz minha primeira declaração pública pedindo consenso internacional sobre a proibição das armas de destruição em massa. Até hoje, não esqueço a passagem final do meu discurso no qual menciona o período da história humana que escolheria viver se fosse possível. Embora reconhecesse o atrativo de períodos como o Renascimento ou o momento em que Abraham Lincoln (1809–1865) assinou a Proclamação de Emancipação, ele explicou que o presente era o momento da história que escolheria:

Essa é uma afirmação estranha a fazer, porque o mundo todo está em desordem. A nação está doente; o problema está na terra, confusão por todo lado. Essa é uma afirmação estranha. Mas eu sei que, de alguma forma, só quando está escuro o suficiente, você pode ver as estrelas... Outra razão pela qual estou feliz em viver neste período é que estamos sendo forçados a lidar com problemas que têm preocupado os homens ao longo da história. A sobrevivência exige que nós os enfrentemos.⁴⁶

Devemos prestar atenção às palavras do Dr. King. Elas são mais relevantes agora, à medida que o impulso para uma cultura de direitos humanos está sendo construída com os esforços da ONU e da sociedade civil, e o movimento para que o tratado que proíbe as armas nucleares passe a vigorar — protegendo o direito de viver de todas as pessoas — entra em sua fase crucial.

O que está diante de nós é uma tarefa que será relatada nos anais da história humana. O desafio de criar a nova realidade de uma sociedade global em que todos vivam em paz e com dignidade não está além do nosso alcance. Acredito firmemente



Membros da Campanha pelo Desarmamento Nuclear de Nottingham se reúnem na antiga esquina comercial para manifestação em apoio à substituição dos armamentos Trident e pela erradicação das armas nucleares (Nottingham, Reino Unido, jul. 2016)

que a solidariedade das pessoas comuns seja a força motriz para sua conquista.

Lições para impedir a guerra nuclear

Gostaria de fazer uma série de propostas específicas sobre a resolução de assuntos globais a partir da perspectiva da vida e da dignidade de cada indivíduo.

A questão das armas nucleares é a primeira área temática na qual gostaria de fazer propostas concretas.

Em julho de 2017, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares que impede inteiramente todos os estágios dessas armas — do seu desenvolvimento, produção e posse para uso ou ameaça de

uso — foi adotado na ONU com o consentimento de 122 nações.

Quando a Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu seu parecer consultivo em 1996 de que a ameaça ou o uso de armas atômicas seria amplamente contrário ao direito internacional, não conseguiu levar a julgamento casos extremos em que a própria sobrevivência de um Estado estivesse em jogo. O TPAN é uma proibição geral que não reconhece nenhuma exceção, inclusive essa.

Em dezembro de 2017, uma segunda cerimônia de assinatura do TPAN foi realizada na ONU, programada para coincidir com a cerimônia em que a Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (Ican) foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz pelos esforços continuados para que o tratado entrasse em vigor. Por outro lado, no entanto, há uma visão persistente dos Estados detentores e dependentes de armas nucleares de que a abordagem do tratado não é realista.

Em contrapartida, há exemplos de países que, possuindo armas nucleares, escolheram o caminho da desnuclearização. A África do Sul é um deles; começou a desativar suas armas em 1990, ano em que o presidente F. W. de Klerk fez um discurso no parlamento se comprometendo a acabar com o sistema de leis da minoria branca, *apartheid*. Em seguida, em 1991, a África do Sul aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e assinou o Tratado de Pelindaba, que declarou ser o continente africano uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN), em 1996.

O Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe (Tratado de Tlatelolco), que estabelece os primeiros Estados como Zona Livre de Armas Nucleares do mundo, diz em seu preâmbulo que busca não apenas banir o flagelo de uma guerra atômica, mas também alcançar “a consolidação de uma paz permanente baseada na igualdade de direitos”⁴⁷ para todos. Em outras palavras, ele surgiu pela busca interco-

“O ideal da lei internacional dos direitos humanos é a busca pela proteção da vida e pela dignidade de cada indivíduo em todas as configurações nacionais, uma missão em que a escalada contínua de armas aniquiladoras não tem lugar”

nectada da desnuclearização e dos direitos humanos.

O ideal da lei internacional dos direitos humanos é a busca pela proteção da vida e pela dignidade de cada indivíduo em todas as configurações nacionais, uma missão em que a escalada contínua de armas aniquiladoras não tem lugar.

À medida que as tensões em torno do programa de desenvolvimento de armas nucleares da Coreia do Norte se evidenciam, há uma real preocupação na comunidade internacional de que essas armas representem, mais uma vez, uma crescente ameaça e fonte de intimidação. Outra situação preocupante nos últimos anos foi a disputa diplomática entre Estados Unidos e Rússia sobre as possíveis violações do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, em inglês).

No cerne da política de dissuasão nuclear está a ameaça do seu uso. Ao considerar mais profundamente os problemas inerentes a essa abordagem, lembro-me da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) que identificou a “soberania” como uma expressão do tipo de livre-arbítrio que almeja prevalecer sobre os outros. Arendt comparou esse tipo de liberdade com a da Grécia antiga, onde a liberdade era algo incorporado nas interações com os outros, enquanto as palavras e as ações esta-

vam imbuídas de uma espécie de “virtuosismo”. Segundo Arendt, essa compreensão de liberdade, desde o início da era moderna, foi substituída pela liberdade de escolha enraizada na vontade individual — um livre-arbítrio a partir do qual o reconhecimento da existência dos outros é inexistente:

Devido à mudança filosófica de ação para a força de vontade, da liberdade como um estado de ser manifesto em ação ao *liberum arbitrium* [livre-arbítrio], o ideal de liberdade deixou de ser virtuosismo no sentido que mencionamos antes e tornou-se soberania, o ideal de um livre-arbítrio, independentemente dos outros e, por fim, prevalecendo contra eles.⁴⁸

O exemplo mais extremo de soberania que tem a intenção de prevalecer sobre os outros é visto nos Estados que perseguem seus objetivos de segurança com a posse de armas nucleares e a ameaça da destruição catastrófica que podem causar.

De certo modo, a história do direito internacional pode ser vista como o repetido esforço para esclarecer as linhas que os Estados soberanos não devem ultrapassar e estabelecer esses limites como normas compartilhadas. Em *On the Law of War and Peace* [Sobre a Lei da Guerra e da Paz], Hugo Grotius (1583-1645), perturbado pelas guerras que abalaram a Europa nos séculos 16 e 17, pediu o reconhecimento da humanidade daqueles que consideramos ser inimigos e de seu direito de ter as promessas feitas a eles mantidas.⁴⁹

No século 19, essa ideia assumiu a forma de proibições de certas armas e ações em tempo de guerra e, no século 20, como consequência das duas guerras mundiais, a Carta da ONU levou à proibição do uso ou ameaça de uso da força militar nas relações internacionais. Até o momento, os tratados proibem armas biológicas e químicas e, mais recentemente, minas terrestres e munições de fragmentação deixaram claro que são armas cujo uso é inadmissível em qualquer circunstância.

O resultado disso foi a diminuição do número de países que desejam possuí-las.

O ano passado marcou vinte anos que a Convenção das Armas Químicas entrou em vigor. No momento, 192 Estados fazem parte da convenção e aproximadamente 90% das reservas mundiais de armas químicas foram destruídas.⁵⁰ Uma vez que uma norma internacional é claramente estabelecida, carrega um peso que molda não apenas o comportamento dos Estados individualmente, mas o curso do mundo todo.

Beatrice Fihn, diretora executiva da Ican, enfatizou este ponto em seu discurso durante a cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz:

Nenhuma nação, atualmente, se orgulha de ser um Estado detentor de armas químicas. Nenhuma nação argumenta ser aceitável, em circunstâncias extremas, usar o gás sarin. Nenhuma nação proclama o direito de contaminar o inimigo com peste ou pólio. Isso porque as normas internacionais foram definidas, as percepções foram alteradas.⁵¹

Com a adoção do TPAN, as armas nucleares foram claramente estabelecidas como armas cuja utilização é inadmissível em qualquer circunstância.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, advertiu: “As tensões globais estão aumentando, sabres foram brandidos e palavras perigosas foram ditas sobre o uso de armas nucleares”.⁵² É justamente por estarmos num momento de profundo caos atômico que devemos questionar com sinceridade os pressupostos da política de dissuasão nuclear.

Neste ponto, gostaria de ponderar sobre algumas das lições da Guerra Fria, uma época aparentemente interminável de trocas de “palavras perigosas” em relação às armas nucleares e de sua possível utilização. Um documentário recente⁵³

explorou a visita de Nikita Khrushchev (1894-1971) aos Estados Unidos, a primeira de um primeiro-ministro soviético. A visita ocorreu em setembro de 1959, dois anos após o lançamento bem-sucedido do satélite Sputnik, na sequência do lançamento do teste de um míssil balístico intercontinental soviético.

Enquanto a imagem de Khrushchev como um perigoso promotor da guerra tomou conta dos americanos, fazendo com que tivesse de enfrentar críticas políticas aonde quer que fosse, era claro, entretanto, que ele sentia satisfação em suas interações com os cidadãos americanos comuns.

Apesar das diferenças em seus respectivos posicionamentos, Khrushchev estabeleceu certo grau de confiança entre a União Soviética e o governo americano. No ano seguinte, entretanto, um avião U-2 de espionagem dos Estados Unidos foi abatido no espaço aéreo soviético, e as relações voltaram a piorar. A Crise de Berlim eclodiu em 1961, e as relações atingiram seu ápice durante a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 quando o presidente John F. Kennedy (1917-1963) e o primeiro-ministro Khrushchev demonstraram cautela no último momento, evitando que o pior acontecesse.

O documentário finaliza imaginando o estado de espírito de Khrushchev e coloca a contundente pergunta: embora haja, é claro, razões que compeliram Khrushchev, como político, a comprometer-se, não podemos deixar de pensar que a terna lembrança de seus rápidos encontros com os cidadãos americanos tenha sido importante para impedi-lo de entrar na guerra nuclear?

Embora essa questão seja, certamente, especulativa, a consciência do fato de que era a grande massa dos cidadãos comuns que sofreria e morreria num ataque nuclear foi algo que identifiquei no sucessor de Khrushchev, Aleksey N. Kosygin (1904-1980), quando o conheci alguns anos depois, em setembro de 1974.



À direita, John F. Kennedy, político estadunidense que serviu como 35º presidente dos Estados Unidos (de 1961 a 1963). À esquerda, Nikita Khrushchev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (entre 1953 e 1964)

Na época, as relações da União Soviética com os Estados Unidos e a China estavam cada vez mais tensas. Decidido a fazer tudo o que estivesse ao meu alcance para ajudar a impedir uma guerra nuclear, compartilhei com o primeiro-ministro Kosygin o que testemunhei nos três meses que viajara pela China — cidadãos chineses ocupados em construir abrigos contra um possível ataque soviético. Também vi e fiquei profundamente angustiado ao ver estudantes do ensino médio em Pequim cavando um abrigo subterrâneo no pátio da escola.

Transmiti o temor que os chineses estavam sentindo e perguntei ao primeiro-ministro se a União Soviética pretendia lançar um ataque à China. Ele respondeu firmemente que a União Soviética não tinha a intenção de atacar ou isolar a China. Levei essa mensagem comigo quando voltei à China no mesmo ano. Essa experiência demonstrou para mim quão importante é para os líderes dos Estados detentores de arma nuclear ter sempre em mente

a multidão de pessoas — incluindo crianças — que vive sob a ameaça das armas atômicas.

Na mesma linha, temos o recente depoimento do choque sentido pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1911-2004), em 1982, enquanto assistia a uma simulação computadorizada de um exercício militar em que cidades destruídas por um ataque nuclear soviético foram exibidas como pontos vermelhos num mapa dos Estados Unidos. A cada minuto, o número desses pontos aumentava até que, “antes mesmo de o presidente saborear seu café, o mapa se tornou um mar de sangue”.⁵⁴ Reagan diz que ficou segurando a sua xícara de café, paralisado por essa visão.

Essa imagem deve ter ficado na consciência do presidente Reagan, porque ele logo buscou o diálogo com a União Soviética e realizou uma série de encontros com o secretário-geral Mikhail Gorbachev, com quem firmou o Tratado INF.

Trazer esses fatos à luz foi o objetivo da exposição *Tudo o que Você Valoriza — Por um Mundo Livre*



Encontro do presidente Ikeda (à esquerda) com o primeiro-ministro da União Soviética, Aleksey Kosygin, em setembro de 1974

de Armas Nucleares desenvolvida pela SGI em colaboração com a Ican. Os painéis que abrem a exibição convidam os espectadores a refletir sobre o que valorizam, as coisas que são importantes para eles. A resposta a esse questionamento, é claro, será diferente para cada pessoa. Mas estamos convencidos de que encarar o fato de que o uso de armas atômicas destruirá tudo o que cada um de nós valoriza é essencial para a edificação da solidariedade popular necessária para dar fim à era das armas malignas.

Como se viu na Crise dos Mísseis de Cuba, em que as provocações mútuas se agravaram a ponto de por pouco se tornar irreversível, não há como saber quando o “equilíbrio do terror” pode sucumbir como resultado de erro de cálculo ou suposição equivocada. Os líderes dos Estados detentores de armas nucleares e dependentes de energia atômica precisam estar plenamente conscientes da natureza precária desse equilíbrio.

Em 2002, quando as tensões entre Índia e Paquistão eram enormes, os esforços diplomáticos dos Estados Unidos desempenharam papel fun-

damental para permitir que as duas partes atuassem com moderação. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, que mediava os dois lados, instou com o presidente paquistanês para lembrar que usar armas nucleares não era uma opção. Ele insistiu:

Você quer ser o país ou o líder que, pela primeira vez desde agosto de 1945, usou essas armas? Veja novamente as fotos de Hiroshima e Nagasaki!⁵⁵

O lado paquistanês foi persuadido por este argumento, assim como o lado indiano, o que acabou com a crise.

Acredito que essas lições da história mostram que o fator que impediu a guerra nuclear até o momento não foi necessariamente a lógica da dissuasão baseada no equilíbrio do terror, mas na verdade algo completamente diferente.

Um componente é o esforço não para bloquear, mas para manter linhas de comunicação entre países em conflito. Outro é manter vívido na mente

a dimensão do sofrimento humano — demonstrado pelos horrores de Hiroshima e Nagasaki — que qualquer uso das armas malignas causaria a milhões de cidadãos comuns.

“Que ninguém sofra o que sofremos”

Em abril e maio deste ano, a Comissão Preparatória para a Conferência de Revisão do TNP 2020 se reunirá e, em maio, a ONU organizará uma conferência de alto nível sobre o desarmamento nuclear. Estes serão os primeiros espaços para debate e deliberação que incluirão os Estados que possuem armas atômicas e os que dependem da energia nuclear para, ambos, serem regulados a partir da adoção do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. Peço veementemente que todos os participantes se engajem num debate construtivo para alcançar um mundo livre dessas armas. Espero que os líderes do mundo aproveitem para se comprometer com medidas sobre o desarmamento atômico antes da Conferência de Revisão do TNP. Essa seria uma excelente oportunidade de tornar público os sete atos desaprovados pelo Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares pelos quais eles se responsabilizarão.

A proibição da transferência de armas nucleares, por exemplo, ou de não apoiar os Estados compradores de armas atômicas está entre os atos que os Estados detentores dessas armas poderiam concordar no contexto do TNP. Da mesma forma, para Estados dependentes de energia nuclear, certamente será possível considerar a proibição de usar ou ameaçar o uso de armas nucleares e ser contrário à assistência, ao incentivo ou à indução de tais atos à luz de suas respectivas políticas de segurança.

A eficácia do direito internacional é reforçada pela recíproca complementaridade da chamada *hard law*, tais como os tratados, e o *soft law*, como as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e as declarações internacionais. No cam-

po do desarmamento, há o exemplo do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT, em inglês), em que os Estados que ainda não ratificaram o tratado assinem acordos separados para cooperar com o sistema de monitoramento internacional. No caso do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, em paralelo aos esforços para ganhar mais signatários e ratificações, seria benéfico criar um organismo de compromissos voluntários para que os que não fazem parte do tratado cumpram proibições específicas, definindo tais impedimentos nas declarações de política nacional.

Devemos lembrar que o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares não surgiu de forma isolada do TNP. Foi a Conferência de Revisão 2010 do TNP que expressou — com o apoio tanto dos Estados detentores quanto dos dependentes de energia nuclear — a consciência renovada da natureza desumana do uso das armas atômicas, e foi essa consciência que impulsionou para um tratado de proibição.⁵⁶ O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, por sua vez, dá forma concreta às obrigações do desarmamento nuclear no âmbito do artigo VI do TNP e apoio ao seu cumprimento.

Em novembro de 2017, o Instituto Toda para a Paz, que fundei em reconhecimento ao legado do meu mestre, organizou uma conferência internacional em Londres sobre segurança cooperativa. A conferência refletiu sobre os obstáculos para avançar no desarmamento nuclear, há muito tempo estagnado. E também analisou formas pelas quais o TNP e o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares podem ser complementares. Outra conferência a ser realizada em Tóquio em fevereiro reunirá especialistas do Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos e China para estudar meios de desfazer o impasse atual em torno do programa de armas nucleares da Coreia do Norte e promover a paz e segurança no Nordeste da Ásia.

SETE ATOS PROIBIDOS PELO TPAN

Segundo o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), os Estados-partes se comprometem a nunca: (a) desenvolver, testar, produzir, manufaturar, bem como adquirir, possuir ou estocar armas nucleares ou outros dispositivos explosivos; (b) transferir para qualquer destinatário armas nucleares ou outros dispositivos explosivos ou controlar tais armamentos direta ou indiretamente; (c) receber a transferência de controle de armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos direta ou indiretamente; (d) usar ou ameaçar usar armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos; (e) auxiliar, encorajar ou induzir, de alguma forma, quem quer que seja a se envolver em atividades proibidas para um Estado-parte do tratado; (f) buscar ou receber apoio, de qualquer maneira, de quem quer que seja, para se envolver em atividades proibidas a um Estado-parte deste tratado; (g) permitir qualquer posicionamento, instalação ou implantação de qualquer arma nuclear ou outros dispositivos nucleares explosivos em seu território ou em qualquer local sob sua jurisdição ou controle.

Contra o cenário de ausência de progresso na redução de armas atômicas, da constante modernização dos arsenais nucleares e dos críticos desafios de proliferação, este é o momento de procurar sinergias entre o reforço das bases do TNP e a norma de proibição claramente enunciada pelo tratado. Tais sinergias criarão o caminho para um

futuro em que a tragédia do uso de armas nucleares jamais seja repetida.

A esse respeito, espero sinceramente que o Japão, como único país a ter sofrido a utilização das armas atômicas na guerra, assuma a liderança na melhoria das condições para o progresso no desarmamento nuclear rumo à Conferência de Revisão 2020 do TNP. O Japão deve usar a conferência de alto nível de maio para se colocar na vanguarda dos Estados dependentes de energia nuclear e declarar sua disposição em tornar-se parte no tratado.

Parafraseando as palavras de Colin Powell: o Japão pretende se tornar um país que tolera a possibilidade de as armas nucleares serem usadas outra vez, após agosto de 1945? Por ter sofrido todo o horror das armas desumanas, o Japão não pode fugir de sua responsabilidade moral.

O tratado está imbuído do sincero desejo dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki de que nenhum país seja alvo de ataques nucleares e que nenhum país jamais tome a decisão de lançar um ataque atômico. A *hibakusha* Setsuko Thurlow explicou seus sentimentos sobre a adoção do tratado: “Estamos convencidos de que o debate contínuo sobre nossas experiências, que são dolorosas de se lembrar, é a coisa certa a se fazer e jamais será em vão”.⁵⁷

Ano passado, na primeira reunião da Comissão Preparatória para a Conferência de Revisão do TNP 2020, o representante do Japão ressaltou: “O reconhecimento das consequências do uso das armas nucleares fundamenta todas as abordagens para um mundo livre delas”.⁵⁸ A posição do Japão sobre essa questão deve sempre estar alicerçada no espírito que os *hibakusha* consagraram — que ninguém mais sofra o que eles sofreram.

Outra proposta que gostaria de fazer em apoio à universalização do tratado diz respeito à mobilização da crescente solidariedade da sociedade civil.

O significado do TPAN está na sua abrangente proibição de todos os aspectos das armas atômi-



Amigos que se devotam à paz mundial visitam o Parque Memorial Toda (Vila Atsuta, Ishikari, Tóquio, Japão, mar. 2018)

cas. Mas de igual ou maior relevância é o fato de incorporar o papel e a participação da sociedade civil como protagonista vital para apoiar sua implementação, sem limitar isso aos Estados e às organizações internacionais. O TPAN estipula que, além dos Estados que ainda não aderiram, a sociedade civil será convidada a participar como observadora na conferência semestral das partes e nas conferências de revisão que acontecerão a cada seis anos.

Este é um reconhecimento da importância do papel desempenhado pelos *hibakusha* do mundo em particular e da sociedade civil como um todo na adoção do TPAN. Ao mesmo tempo, é evidente que a proibição e a eliminação das armas atômicas são, sem dúvida, um esforço global que exige a participação de todos os países, organizações internacionais e sociedade civil.

O preâmbulo do TPAN enfatiza a importância da paz e da educação para o desarmamento. Este foi um ponto que a SGI destacou repetidamente em declarações da sociedade civil para a conferência de negociação, como também em documentos de trabalho submetidos à conferência.⁵⁹ Estamos convencidos de que a paz e a educação para o desarmamento garantirão o patrimônio do conhecimento das consequências humanitárias catastróficas de qualquer uso das armas malignas. Tal conhecimento e a educação que o promove construirão a base para a implementação ativa do tratado por todos os países.

Para que o TPAN entre em vigor rapidamente e se torne universal, a SGI lançará este ano a segunda Década do Povo pela Abolição Nuclear. Fundamenta-se nas ações da primeira década que



Parque Memorial de Hiroshima, Japão, com o céu azul ao fundo

sugeri em uma proposta de revitalização da ONU divulgada em agosto de 2006. A década começou em setembro de 2007, ao comemorar o quinquagésimo aniversário da *Declaração pela Abolição das Armas Nucleares* do segundo presidente da Soka Gakkai, Josei Toda.

Durante essa primeira década, para expressar os horrores das armas nucleares e da guerra, a SGI, em colaboração com a Ican, produziu um DVD em cinco idiomas chamado *Testimonies of Hiroshima and Nagasaki: Women Speak Out for Peace* [Depoimentos de Hiroshima e Nagasaki: Mulheres se Manifestam pela Paz]. A exposição *Everything You Treasure* [Tudo o Que Você Valoriza] foi realizada em 81 cidades de dezenove países. Além de a SGI reunir 2,27 milhões de assinaturas pedindo um protocolo de armas nucleares apresentado na

Conferência de Revisão do TNP em 2010, colaboramos na coleta de 5,12 milhões de assinaturas em 2014 para a campanha Nuclear Zero.

A SGI também atuou com diversas organizações no apoio à Cúpula Internacional da Juventude pela Abolição Nuclear em Hiroshima, em agosto de 2015. Participamos das conferências internacionais sobre o impacto humanitário das armas nucleares, bem como de várias reuniões e sessões de negociação realizadas sob o amparo da ONU para assegurar que a voz e as preocupações da sociedade civil sejam representadas.

Por meio dessas atividades, a SGI atuou para garantir que a natureza desumana das armas nucleares continue como o ponto central dos diálogos sobre desarmamento. Pedimos a negociação de um tratado juridicamente vinculativo que proíba

“Nós, cidadãos do mundo, não podemos mais tolerar uma situação em que os horrores de uma disputa nuclear continuam sendo uma possibilidade”

as armas atômicas em todos os seus estágios e aspectos, enraizado no desejo dos cidadãos comuns de edificar um mundo livre das armas desumanas.

Enquanto a primeira Década do Povo pela Abolição Nuclear estava focada na elaboração de um instrumento juridicamente vinculativo que proibisse armas nucleares, a segunda terá maior enfoque na paz e na educação para o desarmamento, na universalização do TPN e na transformação do mundo real com base nele. Isso significa direcionar a voz do mundo em apoio ao tratado e promover processos concretos que serão a causa da eliminação completa das armas nucleares.

A rede Mayors for Peace (Prefeitos para a Paz) abarca mais de 7.500 cidades em 162 países e territórios e demonstra a extensão das vozes que clamam por um mundo sem armas atômicas, incluindo, sobretudo, os Estados detentores e os dependentes. Além disso, a aliança da Ican com as organizações da sociedade civil agora inclui 468 organizações em todo o mundo.

Para promover a universalidade do TPN, acredito que seja importante, ao lado dos esforços da sociedade civil para incentivar a participação de mais Estados, que a decisão de tornar a escala global de apoio ao tratado seja feita de forma transparente. Isso poderia ser eficaz, por exemplo, para colaborar com a Ican, a rede Mayors for Peace e outros, na criação de um mapa mundial no qual os municípios que apoiam o tratado sejam marcados em azul, a cor das Nações Unidas, e as vozes da sociedade civil em apoio ao tratado divulga-

das amplamente e informadas nos locais em que a ONU ou outras conferências de desarmamento estão sendo realizadas.

Do mesmo modo, devem ser tomadas iniciativas para construir um círculo eleitoral cada vez mais amplo a favor do TPN, com foco, entre outras comunidades científicas e religiosas, nas mulheres e nos jovens. A sociedade civil deve continuar insistindo que os Estados participem do tratado e, após a sua entrada em vigor, encorajar os Estados que ainda não fazem parte a participar das reuniões dos Estados associados e de conferências de revisão como observador.

Anteriormente, referi-me a um exercício militar simulado transmitido no meio da Guerra Fria, no qual um mapa do mundo tornou-se um vermelho apocalíptico. Nós, cidadãos do mundo, não podemos mais tolerar uma situação em que os horrores de uma disputa nuclear continuam sendo uma possibilidade. O peso desse desejo popular global precisa ser demonstrado nitidamente para mover o mundo como um todo na direção da desnuclearização.

Em seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel da Paz, Setsuko Thurlow declarou:

Quando eu era uma garota de 13 anos, presa nos escombros em chamas, continuei tentando. Continuei caminhando em direção à luz. E sobrevivi. Nossa luz agora é o tratado de proibição...

Não importa quais os obstáculos enfrentemos, continuaremos em movimento e continuaremos tentando e continuaremos a compartilhar essa luz com as pessoas. Esta é a nossa paixão e o compromisso para que nosso precioso mundo sobreviva.⁶⁰

Alicerçados pela rede global construída pela Ican, Mayors for Peace e outros, precisamos tornar visível a aspiração popular global pela abolição das armas nucleares. A força desse desejo das pessoas

pode enfim provocar uma mudança na política dos Estados com armas atômicas e dos dependentes de energia nuclear e, finalmente, fazer com que a era das armas nucleares chegue ao fim. Essa é minha sincera convicção.

Acesso à educação para as crianças migrantes

O segundo tema específico que desejo abordar é o dos direitos humanos. Minha primeira proposta trata de como melhorar as condições das crianças refugiadas e dos migrantes.

Atualmente está em andamento na ONU um processo para a adoção de dois acordos até o final de 2018: um pacto global para a migração e outro para os refugiados. Peço que os direitos humanos sejam considerados como o fio que conecta cada um dos diferentes aspectos destes acordos, e que a comunidade internacional faça da proteção das oportunidades educacionais para refugiados e crianças migrantes um objetivo prioritário e um compromisso comum.

Hoje, existem 65,6 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo e mais da metade dos refugiados são crianças menores de 18 anos.⁶¹ Do mesmo modo, muitas crianças imigrantes sofrem com um tratamento hostil, resultado de preconceitos e discriminação.

Crianças migrantes que foram separadas de seus pais ou responsáveis enfrentam, especialmente, circunstâncias graves. De acordo com um relatório do Unicef de 2017, que abrange os anos de 2015 e 2016, o número cresceu quase cinco vezes desde 2010, chegando a mais de 300 mil crianças não acompanhadas e separadas da família em oitenta países.⁶²

Em consonância com o título do relatório do Unicef, “Uma criança é uma criança”, os direitos e a dignidade de todas as crianças devem ser igualmente protegidos, independentemente da sua situação de refugiada ou migrante. Este é o princípio

PREFEITOS PELA PAZ

A rede Prefeitos para a Paz (Mayors for Peace) é uma organização internacional de cidades ao redor do mundo dedicada à promoção da paz. Foi fundada pelo então prefeito de Hiroshima, Takeshi Araki, em 24 de junho de 1982, na Segunda Sessão Especial sobre Desarmamento ocorrida na sede das Nações Unidas, em Nova York. A proposta do prefeito Araki se desenvolveu a partir do repúdio à morte de cerca de 140 mil pessoas no bombardeio atômico de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945. A organização que nasceu dessa proposta ofereceu às cidades uma forma de transcender fronteiras nacionais e trabalhar juntas para pressionar a abolição nuclear. Nos anos subsequentes à formação da organização, os prefeitos que assumiram os cargos em Hiroshima e Nagasaki continuaram a apelar aos líderes municipais do mundo para que apoiassem a meta da organização Mayors for Peace. Atualmente são 7.536 cidades signatárias em 162 países e territórios.

orientador da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas.

A importância de melhorar as condições para as crianças foi observada repetidamente na Declaração de Nova York, adotada na Cúpula das Nações Unidas para Refugiados e Migrantes em 2016. Ela afirma: “Vamos proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as crianças refugiadas e migrantes, independentemente da sua situação, e considerar fundamental-

UN PHOTO/ESKINDER DEBELE



Ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon (ao centro), fala durante evento da Segunda Conferência da rede Mayors for Peace (Prefeitos Pela Paz) (ONU, Nova York, maio 2010)

mente em todos os momentos o que for melhor para a criança”.⁶³ A declaração também expressa a determinação de “garantir que todas as crianças recebam educação após poucos meses de sua chegada”⁶⁴ nos países acolhedores.

Para dar forma concreta a esta determinação, os dois acordos globais devem incluir compromissos assumidos pelos Estados para pôr em prática políticas que assegurem que todas as crianças tenham acesso à educação. Além disso, deve ser criada uma estrutura na qual os Estados que aceitam apenas um pequeno número de refugiados e migrantes possam apoiar de várias formas os Estados que recebem refugiados em maior número.

Conforme destacou a Declaração de Nova York, o acesso à educação não oferece apenas proteção básica para as crianças em circunstâncias adversas, mas também serve para dar alguma esperança de futuro à geração mais nova.

Yusra Mardini, refugiada síria e atleta nomeada Embaixadora da Boa Vontade pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) em 2017, afirmou: “Com comida em nosso estômago, os refugiados podem sobreviver. Mas

somente se recebermos alimento para a alma seremos capazes de prosperar”.⁶⁵

O barco que transportava Yusra e outros refugiados naufragou entre a Turquia e a ilha grega de Lesbos durante a longa fuga da sua terra natal devastada pela guerra. Ela e sua irmã pularam no oceano para puxar o barco em direção a local seguro e nadaram por horas com risco de perder a vida para salvar os outros vinte passageiros. Depois de chegar à Alemanha, ela treinou como nadadora e se tornou membro da primeira equipe olímpica refugiada na Olimpíada 2016 no Rio de Janeiro. Ela agora é estudante em tempo integral na Alemanha e continua a treinar na expectativa de competir na Olimpíada 2020 em Tóquio.

Yusra insiste: “Os refugiados são apenas pessoas normais que vivem em circunstâncias traumáticas e devastadoras, mas são capazes de coisas extraordinárias se tiverem apenas uma chance”.⁶⁶

Mais que qualquer coisa, acredito que com a educação se criará essa chance.

Também é meu sincero desejo que a experiência educacional tão vital para o futuro das crianças refugiadas se estenda para as crianças que estu-



Crianças sírias posam para foto no campo de refugiados de Zaatari em Mafraq, Jordânia (jun. 2014)

dam com elas nas comunidades de acolhimento, promovendo um forte espírito de coexistência.

A experiência da diretora executiva da Ican, Beatrice Fihn, ao refletir sobre sua infância na Suécia, é importante:

Cresci numa comunidade com muitos imigrantes. Quando eu tinha 7 anos, minha escola passou a receber de repente crianças dos Balcãs. Todos tinham sofrido experiências horríveis... Eu também tinha amigos cujos pais haviam migrado da Somália atingida pela seca. Encontrá-los e ouvir suas histórias e depois conhecer seus pais que realmente tinham passado por essas experiências deixaram claro a realidade dos conflitos e crises ocorrendo em outros países.⁶⁷

Esses encontros com crianças refugiadas e migrantes de todo o mundo se tornaram um fator motivador em seu trabalho para a resolução de questões globais cruciais.

O Acnur está defendendo a integração dos refugiados nos sistemas nacionais de educação. As amizades desenvolvidas entre crianças nas escolas podem contribuir de forma significativa para aprofundar o intercâmbio entre as famílias em colaboração com a comunidade de acolhimento. Em complemento ao sistema escolar, programas educacionais não formais oferecem importantes oportunidades de aprendizagem para crianças refugiadas, e a SGI atuará ativamente em colaboração com outras organizações para apoiar tais iniciativas.

Os direitos humanos dos idosos

Em seguida, quero abordar os direitos humanos dos idosos, um problema urgente que a sociedade contemporânea enfrenta.

De acordo com a ONU, há mais de 900 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos vivendo hoje no mundo, e este número deverá chegar a 1,4 bilhão até 2030.⁶⁸ Muitos governos, em especial os dos países desenvolvidos, lutam para responder às mudanças bruscas na estrutura social provocada pela queda das taxas de natalidade e pelo envelhecimento demográfico.

Esta foi uma das questões discutidas na oitava sessão do Grupo de Trabalho Aberto sobre Envelhecimento realizada na ONU em julho de 2017. Assinalou-se que o gozo de todos os direitos humanos diminui com a idade, apesar da declaração na DUDH de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Isto acontece devido à imagem negativa que considera os idosos menos produtivos, menos valiosos para a sociedade, um fardo para a economia e para as gerações mais jovens. Os participantes concordaram que tal discriminação estrutural e preconceito podem levar à exclusão social dos idosos e devem ser combatidos.

A necessidade de proteger os direitos das pessoas idosas foi abordada em uma resolução submetida à Assembleia Geral da ONU pela Argentina em 1948, pouco antes da adoção da DUDH em Paris. No entanto, os direitos dos idosos não atraíram o interesse dos governos por muitos anos; uma discussão internacional séria sobre o tema só começou a tomar forma na Assembleia Mundial de Viena sobre Envelhecimento, realizada em 1982. Essa discussão resultou na adoção de cinco Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas em 1991, abrangendo independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade. Enquanto a independência (respeito à vontade do indivíduo), cuidados (salvaguarda da saúde e da

vida diária) e dignidade (garantia a proteção contra discriminação e abuso) são, naturalmente, os principais direitos dos idosos, é fundamental lembrar que são, por si só, apenas um ponto de partida.

Lembro-me do diálogo que tive com o Dr. Ernst Ulrich von Weizsäcker, copresidente do Clube de Roma. Um dos tópicos que discutimos foi como levar um propósito e satisfação para a vida de pessoas idosas. Com base em sua experiência, o Dr. Weizsäcker destacou que isso beneficiaria a sociedade como um todo ao criar as condições pelas quais os idosos que quisessem poderiam continuar trabalhando.⁶⁹

Concordo plenamente com a opinião dele; acredito firmemente que ser capaz de contribuir de alguma forma com a felicidade dos outros e do mundo, seja por meio do trabalho ou de alguma outra aptidão, traz alegria e realização na vida. Nesse sentido, os outros dois Princípios da ONU — participação e autorrealização — são indispensáveis para fazer com que os idosos vivam com propósito e satisfação.

Ser bem tratado é, naturalmente, essencial para a experiência de dignidade de uma pessoa. Mas ainda mais importante é ser procurado por outros, como fonte insubstituível de apoio espiritual. É isso que faz nossa dignidade irradiar um brilho ainda mais luminoso. O significado de tais laços permanece inalterado mesmo diante da doença grave ou da dependência dos cuidados de outros. Estar cercado por pessoas que sentem alegria e felicidade por sua presença é em si fonte de dignidade.

Três anos atrás, a Soka Gakkai no Japão lançou a exposição *Hope and the Cultural of Peace* [Esperança e Cultura de Paz] que busca neutralizar as imagens negativas do envelhecimento, ao apresentar histórias de idosos que estão contribuindo ativamente para o bem-estar dos jovens e da sociedade. A exposição pede a criação de uma cultura de paz e de sociedades que valorizem a rica experiência e sabedoria dos idosos.



Presidente Ikeda incentiva associados (Centro Cultural de Tono, Gifu, Japão, jul. 1978)

“Compartilhar narrativas pessoais para superar as inevitáveis dificuldades da vida é um aspecto central nas atividades religiosas da SGI, com organizações locais trabalhando ativamente para criar espaços para isso”

Conforme enfatizado na Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (2002) e mais tarde pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Envelhecimento (2017), proteger os direitos humanos dos idosos é parte integrante da criação de uma cultura de direitos humanos que respeita as pessoas de todas as idades e não tolera qualquer forma de discriminação.

A necessidade de um instrumento jurídico internacional para a proteção dos direitos dos idosos foi um dos temas deliberados no Grupo de Trabalho Aberto sobre Envelhecimento e, a esse respeito, espero que se iniciem de forma imediata as negociações para uma convenção sobre os direitos dos idosos. Proponho também que uma terceira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento se realize no Japão, onde o envelhecimento da população é mais avançado que em qualquer outro lugar do mundo.

A Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madri acordados na Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento enfatizam que as experiências e os recursos das pessoas idosas podem ser “um

patrimônio no crescimento de sociedades maduras, plenamente integradas e humanas”⁷⁰ e, além do papel como líderes na família e na comunidade, eles podem contribuir positivamente para lidarmos com emergências para promover a reabilitação e a reconstrução.

Essa tem sido, de fato, a experiência do Japão em seus esforços de reconstrução após o Terremoto de Tohoku, em 11 de março de 2011. O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, aprovado na Terceira Conferência Mundial da ONU sobre o assunto, descreve como a participação de pessoas idosas é indispensável para aumentar a capacidade de gerenciamento de risco de desastres da sociedade.⁷¹

Uma convenção sobre os direitos dos idosos deve se basear nos Princípios da ONU acima mencionados. Além disso, deve incluir disposições para o que é conhecido como “envelhecimento adequado”, no qual as pessoas são incentivadas a continuar a viver com dignidade e sentido de propósito na comunidade em que moram há muito tempo.

Compartilhar narrativas pessoais para superar as inevitáveis dificuldades da vida é um aspecto



Veteranos dançam ao ar livre numa das festividades de comemoração dos 100 anos de Parks Canada (agência governamental que administra os parques do país), Rocky Harbour, Terra Nova, Canadá (jul. 2016)

central nas atividades religiosas da SGI, com organizações locais trabalhando ativamente para criar espaços para isso. Muitos membros mais velhos têm despertado a chama da coragem e da esperança no coração das gerações mais jovens com palavras que carregam o peso único da experiência vivida profundamente.

Em 1988, três anos antes da adoção dos Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, propus que um grupo da Soka Gakkai, composto por nossos membros mais idosos, fosse denominado Grupo Muitos Tesouros. Um capítulo do Sutra do Lótus descreve o surgimento de uma enorme Torre de Tesouro adornada com inúmeras joias e pedras preciosas. Um buda chamado Muitos Tesouros surge de dentro desta torre e

atesta a verdade do ensinamento de Shakyamuni de que todas as pessoas são dotadas de dignidade inerente. Com isso em mente, propus este nome para meus amados amigos que acumularam inestimável experiência na vida e na fé. Após a formação do Grupo Muitos Tesouros, também foram criados grupos em regiões específicas do Japão, incluindo o Grupo Tesouros da Extensão da Vida em Tóquio e o Grupo Tesouro de Ouro em Kansai. Atualmente, existem grupos similares em todo o mundo, como o Goldener Herbst Group [Grupo Outono Dourado] na Alemanha e o Diamond Group [Grupo Diamante] na Austrália.

Nossos amigos mais idosos são verdadeiros tesouros tanto em nossa organização budista quanto em suas respectivas comunidades. Eles

narram suas histórias sobre se deparar e superar, por meio da prática de fé, os inevitáveis sofrimentos referidos no budismo como nascimento, envelhecimento, doença e morte. Assim desempenham papel inestimável na perpetuação do legado espiritual do ativismo pela paz dentro da SGI à medida que compartilham suas experiências de guerra, incluindo experiências como sobreviventes de bombas atômicas. Eles também ajudaram a sustentar redes de apoio mútuo e de incentivo no processo de recuperação do desastre com seus profundos conhecimentos da história da comunidade e das relações humanas.

A SGI continuará promovendo o compartilhamento de narrativas pessoais, que transmitem lições de vida, da guerra e dos desastres para as gerações futuras. Para este fim, nós nos uniremos a outras organizações religiosas para realizar simpósios destinados a gerar na sociedade um novo *ethos* de proteção dos direitos e da dignidade dos idosos.

Governos locais unidos pela ação climática

A terceira e última área temática que quero abordar é como catalisar o impulso dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU relacionados aos desafios globais de pobreza, fome, educação e mudanças climáticas. Houve progressos importantes no estabelecimento de mecanismos de cooperação internacional para combater as mudanças climáticas.

Em novembro passado, a Síria, o último país a aderir ao Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, ratificou o acordo na ONU. Enquanto a decisão dos Estados Unidos de se retirar do acordo continua sendo uma preocupação, a estrutura básica pela qual todos os Estados podem colaborar para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa permanece em vigor.

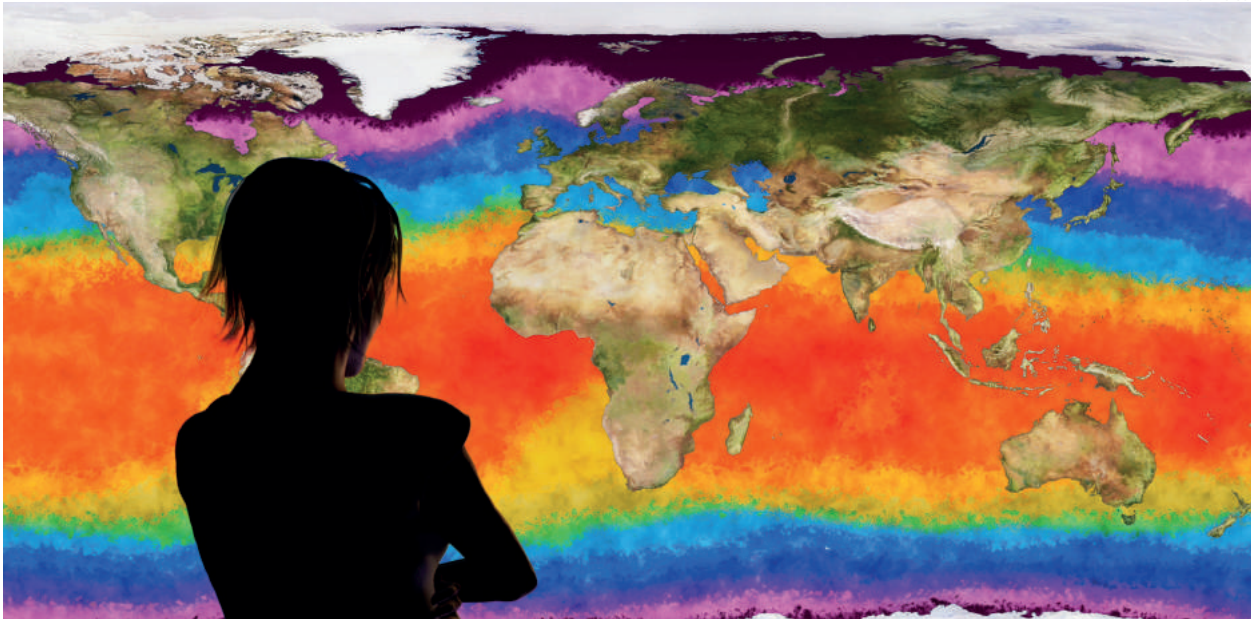
Nos últimos anos, muitas partes do mundo viveram eventos climáticos extremos, deixando claro que nenhum lugar na Terra está a salvo de

tais ameaças. Vimos um aumento dramático no número de refugiados pelo clima, que foram expulsos de suas casas pelos estragos da seca, pelas inundações e pelo aumento do nível do mar. Estima-se que o número de migrantes ambientais pode chegar a um bilhão até 2050, se as tendências atuais de aquecimento global continuarem no mesmo ritmo.⁷²

O Acordo de Paris constitui um caminho para proteger de tais ameaças os meios de subsistência e a dignidade das pessoas. Ele também serve de base para se criar uma sociedade sustentável que possa ser legada às futuras gerações. Nos termos do Acordo de Paris, nenhum país pode se retirar até quatro anos depois de sua entrada em vigor, isto é, antes de novembro de 2020. Espera-se intensamente que os Estados Unidos continuem a ser parte do acordo e trabalhem com outros países para alcançar seus objetivos.

Combater as mudanças climáticas é certamente um desafio complexo; no entanto, tenho esperança que iniciativas ambiciosas sejam empreendidas pelos governos locais e entre eles. Um exemplo é a resolução adotada no ano passado na Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos, em que mais de 250 prefeitos se comprometeram a obter 100% das necessidades energéticas de suas cidades a partir de fontes renováveis em 2035.⁷³ Na Europa, a cidade de Paris anunciou seus planos de permitir apenas veículos elétricos no tráfego em seus limites até 2030,⁷⁴ enquanto Estocolmo estabeleceu o objetivo de, até 2040, não utilizar mais combustíveis fósseis.⁷⁵ Além disso, em junho do ano passado, 140 prefeitos das principais cidades do mundo emitiram a Declaração de Montreal na qual expressam sua determinação de implementar o Acordo de Paris, de forma independente do contexto político internacional.⁷⁶

Esses exemplos demonstram a capacidade das cidades e dos municípios de agir de forma efetiva em um campo no qual a percepção de interesses



Mulher assiste à simulação digital do aquecimento global

nacionais conflitantes tem paralisado a resposta governamental aos riscos compartilhados. Eles reconheceram que o apoio à implementação do Acordo de Paris contribui diretamente para a proteção de seus cidadãos.

O Ministério Federal do Meio Ambiente da Alemanha assumiu a liderança em estabelecer parcerias em ações climáticas entre os municípios da União Europeia, um exemplo de esforços para dividir as melhores práticas e lições aprendidas. É necessário, urgentemente, criar mecanismos de cooperação similares na região do Nordeste da Ásia, responsável por grandes volumes de emissões de gases de efeito estufa. Para esse fim, proponho o estabelecimento de uma rede de governança local para a ação climática entre Japão e China que, juntos, são responsáveis por um terço das emissões globais de gases que mantêm o calor.⁷⁷

No Japão, municípios designados como “Cidades do Futuro” e “Cidades Eco Modelos” estão empregando planos de ação voltados para o futuro destinados a combater as mudanças climáticas. Na China, líder mundial na captação de

energia solar, muitas comunidades estão adotando amplamente fontes de energia renovável.

Uma maneira possível de iniciar o processo para estabelecer este tipo de rede de administração local Japão-China para ação climática seria incentivar os municípios que já realizaram ações importantes na luta contra as mudanças climáticas, nos dois países, a participar da iniciativa Clima Neutro Agora, liderada pela ONU, lançada em 2015.

As parcerias para a proteção ambiental já foram estabelecidas entre Tóquio e Pequim, Kobe e Tianjin, assim como Kitakyushu e Dalian. Para promover mais ações cooperativas entre as autoridades locais em áreas como colaboração tecnológica e compartilhamento de conhecimento e melhores práticas, os dois países poderiam criar a base em que um quadro regional mais amplo seja construído.

Hoje, o número de pessoas que viaja entre o Japão e a China atinge quase 9 milhões por ano⁷⁸ e os acordos das cidades-irmãs atualmente totalizam 363.⁷⁹ Tão difícil quanto imaginar algo a partir da perspectiva de hoje foi a proposta que apresentei para a normalização dos laços diplomáticos en-

“É meu forte desejo que a China e o Japão trabalhem juntos para mobilizar as forças e paixões inovadoras de suas gerações mais novas na tarefa de criar respostas. Respostas que sejam um modelo para esses desafios e ressoem em todo o Nordeste da Ásia e no mundo”

tre o Japão e a República Popular da China, em setembro de 1968, quase meio século atrás, quando as relações entre os dois países estavam bastante tensas e ameaçavam o pouco comércio que existia entre elas, e simplesmente mencionar amizade bilateral provocava duras críticas. Este foi o contexto no qual fiz a seguinte declaração para mais de 10 mil alunos:

Há uma série de questões que precisam ser resolvidas antes que ocorra a normalização total das relações... Essas são questões complexas, cheias de dificuldade. E elas não podem ser resolvidas sem uma compreensão mútua e uma profunda confiança entre as duas nações, e, mais importante, uma aspiração comum pela paz...

Seja como um Estado ou como um povo, na sociedade internacional de hoje, dedicar-se exclusivamente na busca do próprio lucro não é mais aceitável. Adotar ampla perspectiva e buscar contribuir para a paz, a prosperidade e o avanço da cultura, é como vamos definitivamente demonstrar nosso valor como um povo no próximo século.⁸⁰

No meio século que se seguiu, não só a China se tornou o maior parceiro comercial do Japão, mas o Japão também despontou como o segundo maior parceiro comercial da China depois dos Estados Unidos. No campo educacional, também, as universidades chinesas agora representam o maior número de parceiros de intercâmbio acadêmico com instituições educacionais japonesas. Em 1975, a Universidade Soka que fundei foi o primeiro instituto de ensino superior do Japão a receber estudantes chineses patrocinados pelo Estado, que vinham estudar no Japão após a normalização das relações bilaterais. Hoje, existem mais de 4.400 acordos de intercâmbio acadêmico entre universidades chinesas e japonesas.⁸¹

Em 1979, um ano após a assinatura do Tratado Sino-Japonês de Paz e Amizade, foi lançado um programa de intercâmbio entre os jovens do Japão e da China oferecendo oportunidades anuais para que a amizade e a compreensão mútua fossem aprofundadas. Em nível local, a Soka Gakkai enviou uma delegação de jovens à China, pela primeira vez, em 1979, e continua a promover intercâmbios até hoje. Em 1985, nossa organização e a Federação dos Jovens da China assinaram um acordo de intercâmbio que permitiu o prosseguimento dos programas regulares. O mais recente desse programa ocorreu em novembro de 2017, quando uma delegação de jovens da Soka Gakkai visitou a China, estreitando os laços entre os dois países.

De toda forma, as trocas bilaterais aumentaram de maneira substancial e a cooperação em várias esferas foi fortalecida.

Este ano marca o quadragésimo aniversário da assinatura do Tratado de Paz e de Amizade entre Japão e China. Isto apresenta uma oportunidade auspiciosa para construir a cooperação de longa data entre os dois países e criar laços ainda mais fortes. A melhor maneira de fazer isso é por meio

INICIATIVA CLIMA NEUTRO AGORA

A Clima Neutro Agora é uma iniciativa lançada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês) e representa uma comunidade global de organizações dedicadas a se tornarem climaticamente neutras até a segunda metade do século 21. Centrada em três ações, “reduzir, avaliar e compensar”, a iniciativa impulsiona pessoas e empresas pelo mundo a calcular sua pegada climática, baixar seu nível de emissão de gases de efeito estufa o máximo possível e compensar o que não pode ser reduzido com Reduções Certificadas de Emissões da ONU (RCE). O secretariado de Mudanças Climáticas convida as organizações a aceitar o Pacto do Clima Neutro Agora, juntando-se a um movimento crescente de empresas e governos que lideram a redução das emissões e contribuem para acelerar o progresso para um futuro de clima neutro. A iniciativa começou como resultado do Acordo de Paris de 2015, acordo global para combater as mudanças climáticas.

da solidariedade da ação no serviço dos interesses do planeta e da humanidade.

A ação climática e as cidades sustentáveis são desafios críticos para se alcançar os ODS. É meu forte desejo que a China e o Japão trabalhem juntos para mobilizar as forças e paixões inovadoras de suas gerações mais novas na tarefa de criar respostas. Respostas que sejam um modelo para

esses desafios e ressoem em todo o Nordeste da Ásia e no mundo.

Empoderamento das mulheres: a chave para a resolução de desafios globais

Por último, gostaria de abordar a questão da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e meninas em relação aos ODS.

A igualdade de gênero e o empoderamento não devem ser considerados apenas um dos dezessete ODS, mas, em vez disso, devem ser reconhecidos como a chave para acelerar o progresso rumo à realização de todo o espectro de metas. Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres, organização líder para a igualdade de gênero, fez a seguinte declaração ao Conselho de Segurança da ONU em outubro de 2017:

A agenda das mulheres, de paz e segurança, continua a expandir sua presença na elaboração de políticas. É agora um pilar essencial nas relações globais.⁸²

O Preâmbulo do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares estabelece que a igualdade de participação de mulheres e homens é um fator indispensável para alcançar a paz sustentável e a segurança. Também exige apoio e fortalecimento da efetiva participação das mulheres nos campos do desarmamento nuclear. A participação feminina na resolução de conflitos e na consolidação da paz se expandiu desde a adoção da Resolução nº 1.325 pelo Conselho de Segurança em 2000, e o tratado agora destaca explicitamente a importância do envolvimento delas no desarmamento, bem como na reformulação de políticas de segurança nacional.

Essa consciência da importância de incluir as perspectivas das mulheres no processo de discussão dos desafios globais não se limita à paz e à resolução de conflitos. O Marco de Sendai lançado

em 2015 na Terceira Conferência Mundial da ONU sobre Redução do Risco de Desastres observa que fortalecer as mulheres dentro da preparação para desastres é vital para melhorar a resiliência a eles. Mais recentemente, a Conferência Anual das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), realizada na Alemanha em novembro de 2017, adotou um Plano de Ação de Gênero. Esses movimentos são evidências do reconhecimento internacional emergente sobre a fundamental participação das mulheres para a ação climática efetiva.

Gostaria de propor que as Nações Unidas anunciem uma década internacional para o empoderamento das mulheres, encorajando a sedimentação desses efeitos transformadores em todos os campos da sociedade. A década poderia acontecer de 2020, o vigésimo aniversário da adoção da Resolução nº 1.325, até 2030, a meta para alcançar os ODS. A década seria uma ocasião para intensificar os esforços para capacitar as mulheres e dar um impulso exponencial para atingir os ODS.

O empoderamento feminino não pode ser uma agenda opcional: é uma prioridade urgente para muitas pessoas em situações graves.

Uma mulher síria em um campo de refugiados na Jordânia começou a trabalhar como alfaiate num centro operado pela ONU Mulheres. Ela conta: “Não nos sentimos mais desamparadas, nosso trabalho nos faz sentir produtivas e empoderadas”.⁸³

Outra mulher, que fugiu de sua casa no Burundi, está atualmente morando num campo de refugiados na região da Tanzânia. Sem emprego, ela se sentia sufocada com a incerteza sobre o futuro. No entanto, ao participar dos programas de formação profissional dirigidos pelo Acnur, sua perspectiva mudou a ponto de expressar a esperança de um dia retornar à sua pátria e fazer uso de suas novas habilidades na fabricação de pão para ganhar a vida e enviar seus filhos para a escola.⁸⁴

“A SGI se compromete a continuar na luta para criar uma base de solidariedade popular com a qual se superem os desafios que a humanidade enfrenta, fundamentados nos esforços para proteger a vida e a dignidade de cada indivíduo”

Como esses relatos nos mostram, o empoderamento das mulheres é a força motriz para restaurar esperança e a capacidade de avançar diante de circunstâncias desafiadoras.

Baseado no compromisso budista de defender a dignidade de todas as pessoas, a SGI atua consistentemente para ampliar o alcance do empoderamento das mulheres. Como organização da sociedade civil, a SGI apoiou a Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher (CSW), enviando participantes para as sessões anuais na sede da ONU e, desde 2011, colabora com outras organizações para coordenar eventos paralelos. A SGI também se envolveu com as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU copatrocinando eventos focados em temas como o papel da fé e da cultura no avanço dos direitos das mulheres e educação não formal para a igualdade de gênero.

Uma plataforma global sobre Igualdade de Gênero e Religião foi criada na sessão da CSW em março de 2017. Ela pretende ampliar o reconhecimento da importância dos direitos e das contribuições das mulheres por meio de discursos religiosos e moldar as políticas e os esforços legislativos para a igualdade de gênero no plano local, nacio-



Representantes do Brasil participam do 32º Encontro da Soka Gakkai e da Convenção de Hokkaido (Auditório Ikeda de Hokkaido, Sapporo, Japão, mar. 2018)

nal e internacional.⁸⁵ A SGI apoiará a plataforma e colaborará com outras instituições religiosas para que se torne fonte de empoderamento para mulheres e meninas em situações difíceis. Junto com esses parceiros, desejamos urdir o “fio de Ariadne” do empoderamento das mulheres pelo qual a humanidade emergirá do atual labirinto de desafios globais.

De toda forma, espero que possamos unir as vozes da sociedade civil para criar um impulso para o estabelecimento de uma década internacional do empoderamento feminino.

Estou convencido de que o ideal de um mundo em que ninguém seja deixado para trás, expresso nos ODS, será compartilhado e abraçado por todos, enquanto nos esforçamos para proteger os direitos das mulheres e das meninas — que constituem a metade das pessoas do mundo — e com

nossas ações criar sociedades onde todos vivam com esperança e dignidade.

À medida que visualizo os desafios que estão por vir até o ano de 2030, lembro-me das palavras que Rosa Parks compartilhou comigo: “Não há lei que diga que as pessoas têm de sofrer”. Essas palavras foram ditas a ela por sua mãe, que lutou contra a discriminação. A sincera determinação traduzida nessas palavras é o espírito que todos nós precisamos cultivar, enquanto trabalhamos para ultrapassar as diferenças e promover a totalidade da agenda dos ODS com foco na luta pela igualdade de gênero.

A SGI se compromete a continuar na luta para criar uma base de solidariedade popular com a qual se superem os desafios que a humanidade enfrenta, fundamentados nos esforços para proteger a vida e a dignidade de cada indivíduo.

Notas

1. ICAN. *Palestra do Prêmio Nobel*.
2. TODA. *Declaração*.
3. DHANAPALA. *The Importance of the UN as a Moral Compass* [A Importância das Nações Unidas como uma Bússola Moral].
4. Veja DEPARTAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ONU (ONU/DESA). *Population Facts* [Dados Populacionais], p. 1.
5. ARBOUR. *Highlighting "Positive Impact" of Migration* [Destacando o "Impacto Positivo" da Migração].
6. (tradução de) SEIKYO SHIMBUN. *Kokka no shimin kara sekai no shimin e* [Da Cidadania de um País à Cidadania do Mundo].
7. Veja HUMPHREY. *The Dean Who Never Was* [O Decano que Nunca Existiu], p. 197.
8. MANDELA. *Long Walk to Freedom* [Longa Caminhada até a Liberdade], p. 83.
9. *Ibidem*, p. 542.
10. *Ibidem*, p. 403.
11. *Ibidem*, p. 542.
12. NICHIREN. *Os Escritos de Nichiren Daishonin* (CEND), v. II, p. 113.
13. (tradução de) NICHIREN. *Nichiren Daishonin Goshu Zenshu* [Os Escritos de Nichiren Daishonin], p. 413.
14. (tradução de) MAKIGUCHI. *Makiguchi Tsunesaburo Zenshu* [Coletânea de Obras de Tsunesaburo Makiguchi], v. 1, p. 14-15.
15. *Ibidem*, v. 10, p. 8.
16. MANDELA. *Conversations with Myself* [Conversas que Tive Comigo], p. 175-176.
17. (tradução de) TODA. *Toda Josei Zenshu* [Coletânea de Obras de Josei Toda], v. 3, p. 74.
18. *Ibidem*, v. 3, p. 78.
19. *Ibidem*, v. 3, p. 289.
20. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons* [Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares], p. 1.
21. CENTRO DE NOTÍCIAS DA ONU. *Conference to Negotiate Legally Binding Instrument* [Conferência para Negociar um Instrumento Legalmente Vinculante].
22. KHANNA. *Connectography* [Conectografia], p. 11.
23. *Ibidem*, p. 14.
24. *Ibidem*, p. 15.
25. Veja NORMAN (trad.). *The Group of Discourses* [A Coleção de Discursos], v. 2, p. 18.
26. (tradução de) NICHIREN. *Nichiren Daishonin Goshu Zenshu* [Os Escritos de Nichiren Daishonin], p. 403.
27. NICHIREN. *The Writings of Nichiren Daishonin* [Os Escritos de Nichiren Daishonin], v. II, p. 472.
28. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *New York Declaration for Refugees and Migrants* [Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes], p. 3.
29. PARISER. *The Filter Bubble* [O Filtro-Bolha], p. 9-10.
30. *Ibidem*, p. 143.
31. Veja HREA. SGI, OHCHR, *A Path to Dignity* [Um Caminho para a Dignidade].
32. OHCHR. *Values Enshrined in Universal Declaration of Human Rights* [Valores Consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos].
33. (tradução de) NICHIREN. *Nichiren Daishonin Goshu Zenshu* [Os Escritos de Nichiren Daishonin], p. 761.
34. Veja WATSON (tradução). *The Lotus Sutra* [O Sutra do Lótus], p. 228.
35. *Ibidem*, p. 82.
36. IKEDA; HARDING. *America Will Be!* [A América Será!], p. 50.
37. *Ibidem*, p. 54.
38. *Ibidem*.
39. KING. *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.* [A Autobiografia de Martin Luther King Jr.], p. 221-222.
40. Veja *Ibidem*, p. 222.
41. MINISTÉRIO FEDERAL DA ÁUSTRIA DE ASSUNTOS EUROPEUS, INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES EXTERIORES. *Faith Communities on the Humanitarian Consequences of Nuclear Weapons* [Comunidades Religiosas sobre as Consequências Humanitárias das Armas Nucleares].
42. ONU. *Faith Communities Concerned About the Humanitarian Consequences of Nuclear Weapons* [Comunidades Religiosas Preocupadas com as Consequências Humanitárias das Armas Nucleares].
43. SGI. *Public Statement to the Open-ended Working Group* [Declaração Pública para o Grupo de Trabalho Aberto].
44. REACHING CRITICAL WILL. *Public Statement to the First Negotiation Conference* [Declaração Pública para a Primeira Conferência de Negociação].
45. FRANCISCO. *Address to Participants* [Discurso aos Participantes].
46. KING. *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.* [A Autobiografia de Martin Luther King Jr.], p. 360.
47. OPANAL. *Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons* [Tratado para a Proibição de Armas Nucleares], p. 6.
48. ARENDT. *Hannah Arendt*, p. 454.
49. Veja GROTIUS. *On the Law of War and Peace*, p. 406.
50. Veja OPAQ. *20 Years of the OPCW* [20 Anos da OPAQ].
51. ICAN. *Nobel Lecture* [Palestra do Prêmio Nobel].
52. GUTERRES. *Secretary-General's Video Message* [Mensagem em Vídeo do Secretário-Geral].
53. POINT DU JOUR. *Khrushchev Does America* [Khrushchev faz a América].
54. HOFFMAN. *The Dead Hand* [A Mão Morta], p. 39.
55. YOSHIDA. *Japan Still Clings* [O Japão Ainda se Apega].
56. Veja REUNIÃO GERAL DA ONU. *2010 Review Conference* [Conferência de Revisão de 2010], p. 19.
57. THURLOW. *Special Contribution* [Contribuição Especial].
58. MRE. *Remarks by H.E. Mr. Fumio Kishida* [Considerações do H. E. Sr. Fumio Kishida].
59. Veja ONU. *On the Objectives and Significance* [Sobre Objetivos e Relevância].
60. ICAN. *Nobel Lecture* [Palestra do Prêmio Nobel].
61. Veja ACNUR. *Figures at a Glance* [Números Imediatos].
62. Veja UNICEF. *Five-Fold Increase* [Aumento em Cinco Vezes].
63. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *New York Declaration for Refugees and Migrants* [Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes], p. 6.
64. *Ibidem*, p. 7.
65. ACNUR. *Yusra Mardini Appointed UNHCR Goodwill Ambassador* [Yusra Mardini Indicada como Embaixadora da Boa Vontade da Acnur].
66. *Ibidem*.
67. FIHN. *Aikyan jimukyokucho intabyuu* [Entrevista com a Diretora Executiva do Ican].
68. ONU DESA. *Chair Summary* [Resumo da Diretoria].
69. Veja IKEDA e WEIZSÄCKER. *Knowing Our Worth* [Entendendo o Nosso Valor], p. 131-134.
70. ONU. *Political Declaration and Madrid International Plan of Action on Ageing* [Declaração Política e Plano Internacional de Madri para a Ação sobre o Envelhecimento], p. 10.
71. Veja UNISDR. *Sendai Framework* [Marco de Sendai], p. 23.
72. Veja KAMAL. *Climate Migrants Might Reach One Billion by 2050* [Migrantes Climáticos Podem Chegar a Um Milhão em 2050].
73. Veja UNFCCC. *More than 250 US Mayors Commit to 100% Renewable Energy by 2035* [Mais de 250 Prefeitos dos Estados Unidos se Comprometem com o Objetivo de 100% de Energia Renovável até 2035].
74. Veja LOVE. *Paris Plans to Banish All but Electric Cars by 2030* [Paris Planeja Banir Todos os Carros, Exceto os Elétricos, até 2030].
75. Veja GRUPO C40 DE GRANDES CIDADES PARA A LIDERANÇA CLIMÁTICA, *Cities100*.
76. Veja UNFCCC. *Mayors of 140 of World's Largest Cities* [Prefeitos das 140 Maiores Cidades do Mundo].
77. Veja EPA. *Global Greenhouse Gas Emissions Data* [Dados Globais de Emissão de Gases de Efeito Estufa].
78. Veja EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO JAPÃO. *Press Release*.
79. Veja CLAIR. *Japanese Local Governments* [Governos Locais do Japão].
80. IKEDA. *Proposta*.
81. Veja MEXT. *Kaigai no daigaku tonu daigakukan koryu kyotei* [Pesquisa sobre Acordo de Intercâmbio com Universidades].
82. ONU MULHERES. *Discurso*.
83. ONU MULHERES. *UN Secretary-General Visits UN Women Centre* [Secretário-Geral da ONU Visita Sede da ONU Mulheres].
84. Veja ACNUR. *Opportunities to Earn a Living* [Oportunidades de Ganhar o Sustento].
85. Veja ONU MULHERES. *Global Platform on Gender Equality and Religion Launched* [Lançamento da Plataforma pela Igualdade de Gêneros e Religiões].

Bibliografia

- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Figures at a Glance* [Números Imediatos]. Genebra, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- _____. *Yusra Mardini Appointed UNHCR Goodwill Ambassador* [Yusra Mardini Indicada como Embaixadora da Boa Vontade da ACNUR]. Genebra, 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/press/2017/4/5901978a4/yusra-mardini-appointed-unhcr-goodwill-ambassador.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- _____. *Opportunities to Earn a Living Vital for Burundian Refugees in Tanzania* [Oportunidades Cruciais para os Refugiados Borgonheses na Tanzânia Ganharem o Sustento]. Genebra, 19 out. 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/stories/2017/10/59e8a1c04/opportunities-to-earn-a-living-vital-for-burundian-refugees-in-tanzania.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- ARBOUR, Louise. *Highlighting "Positive Impact" of Migration Key to Changing Policies, Public Opinion* [Destacando o "Impacto Positivo" da Migração, Chave para Mudar Medidas e Opiniões Públicas]. UN News Centre, 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://refugeemigrants.un.org/feature-highlighting-'positive-impact'-migration-key-changing-policies-public-opinion---un-envoy>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- ARENDRT, Hannah. *The Portable Hannah Arendt* [O Hannah Arendt Portátil]. Nova York: Penguin Books, 2000.
- A PATH to Dignity: The Power of Human Rights Education [Um caminho para a Dignidade: O Poder da Educação em Direitos Humanos]. (2012). Produção: HREA (Associados da Educação em Direitos Humanos), SGI (Soka Gakkai Internacional), OHCHR (Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos). 28 min. Cor. Disponível em: <<http://path-to-dignity.org/film-english>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- CITIES100: Stockholm—Becoming Fossil Fuel-free by 2040 [Estocolmo — Tornar-se Livre dos Combustíveis Fósseis até 2040]. C40 Cities Climate Leadership Group. Estocolmo, 30 out. 2015. Disponível em: <http://www.c40.org/case_studies/cities100-stockholm-becoming-fossil-fuel-free-by-2040>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- CLAIR (Conselho das Autoridades Locais para Relações Internacionais do Japão). *Japanese Local Governments with Affiliation Agreements by Country and Territory* [Governos Locais Japoneses com Contratos de Filiação por País e Território]. Disponível em: <<http://www.clair.or.jp/e/exchange/shimai/countries/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- DHANAPALA, Jayantha. *The Importance of the UN as a Moral Compass* [A Importância da ONU como uma Bússola Moral]. InDepthNews, 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.indepthnews.net/index.php/global-governance/un-insider/924-the-importance-of-the-un-as-a-moral-compass>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- EMBAIXADA da República Popular da China no Japão. *Tei eika chunichi taishi ga chugoku shimbunsha to tohoshimpo no kyodo dokusen shuzai wo ukeru* [Embaixador Cheng Yonghua Concede uma Entrevista Exclusiva para o *Chugoku Shimbun* e o *Oriental Weekly*]. Press Release. Embaixada da China, 13 out. 2017. Disponível em: <<http://www.china-embassy.or.jp/jpn/sxw/t1501385.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos). *Global Greenhouse Gas Emissions Data* [Dados de Emissão de Gases do Efeito Estufa]. Disponível em: <<https://www.epa.gov/ghgemissions/global-greenhouse-gas-emissions-data>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- FIHN, Beatrice. *Aikyan jimukyokuchou intabyu*. [Entrevista com a Diretora Executiva do ICAN]. NHK, 9 dez. 2017. Disponível em: <https://www3.nhk.or.jp/news/web_tokushu/2017_1209_interview.html>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- _____. THURLOW, Setsuko. *Nobel Lecture* [Palestra do Prêmio Nobel]. In: ICAN (Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares). Estocolmo, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2017/ican-lecture_en.html>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- FRANCISCO (Papa). *Address of His Holiness Pope Francis to Participants in the International Symposium 'Prospects for a World Free of Nuclear Weapons and for Integral Disarmament'* [Discurso de Sua Santidade o Papa Francisco para os Participantes do Simpósio Internacional "Prospectos para um Mundo Livre de Armas Nucleares e pelo Desarmamento Integral"]. Libreria Editrice Vaticana, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2017/november/documents/papa-francesco_20171110_convegno-disarmointegrale.html>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- GROTIUS, Hugo. *Hugo Grotius on the Law of War and Peace* [Hugo Grotius sobre a Lei da Guerra e da Paz]. NEFF, Stephen C. (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GUTERRES, António. *Secretary-General's Video Message to Opening of the 2017 Session of the Conference on Disarmament* [A Mensagem em Vídeo do Secretário-Geral para a Abertura da Sessão de 2017 da Conferência sobre Desarmamento]. ONU, 24 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2017-01-24/secretary-generals-video-message-opening-2017-session-conference>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- HOFFMAN, David E. *The Dead Hand: The Untold Story of the Cold War Arms Race and Its Dangerous Legacy* [A Mão Morta: A História Não Contada da Corrida Armamentista e seu Legado Perigoso]. Nova York: Doubleday, 2009.
- HUMPHREY, John. *The Dean Who Never Was* [O Decano que Nunca Existiu]. *McGill Law Journal*. Montreal, v. 34, n. 2, 1989.
- IKEDA, Daisaku. *Proposal for the Normalization of Sino-Japanese Relations* [Proposta para a Normalização das Relações Sino-Japonesas]. Tóquio, 1969. Disponível em: <<http://www.daisakuikeda.org/main/peacebuild/peace-proposals/proposal-for-the-normalization-of-sino-japanese.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- _____. HARDING, Vincent. *America Will Be! Conversations on Hope, Freedom, and Democracy* [A América Será!: Diálogos sobre Esperança, Liberdade e Democracia]. Cambridge, Massachusetts: Dialogue Path Press, 2013.
- _____. WEIZSÄCKER, Ernst Ulrich von. *Knowing Our Worth: Conversations on Energy and Sustainability* [Entendendo o Nosso Valor: Diálogos sobre Energia e Sustentabilidade]. Cambridge, Massachusetts: Dialogue Path Press, 2016.
- KAMAL, Baher. *Climate Migrants Might Reach One Billion by 2050* [Migrantes Climáticos Podem Chegar a Um Milhão em 2050]. IPS (Serviço de Imprensa Interna), 21 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2017/08/climate-migrants-might-reach-one-billion-by-2050/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- KHANNA, Parag. *Connectography: Mapping the Future of Global Civilization* [Conectografia: Mapeando o Futuro da Civilização Global]. Nova York: Random House, 2016.
- KING, Martin Luther, Jr. *The Autobiography of Martin Luther King, Jr* [A Autobiografia de Martin Luther King Jr.]. CARSON, Clayborne (Ed.). Nova York: Warner Books, 1998.
- LOVE, Brian. *Paris Plans to Banish All but Electric Cars by 2030* [Paris Planeja Banir Todos os Carros, Exceto os Elétricos, até 2030]. *Reuters*, Paris, 12 out. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-france-paris-autos/paris-plans-to-banish-all-but-electric-cars-by-2030-idUSKBN1CHOSI>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- MAKIGUCHI, Tsunesaburo. *Makiguchi Tsunesaburo Zenshu* [Coletânea de Obras de Tsunesaburo Makiguchi]. 10 vls. Tóquio: Daisanbunmei-sha, 1981-1897.
- MANDELA, Nelson. *Long Walk to Freedom* [Longa Caminhada até a Liberdade]. Londres: Little, Brown and Company, 1994.
- _____. *Conversations with Myself* [Conversas que Tive Comigo]. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.
- MEXT (Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão). *Kaigai no daigaku tono daigakukan koryu kyotei, kaigai ni okeru kyoten ni kansuru chosa kekka* [Pesquisa sobre Acordo de Intercâmbio com Universidades e Escritórios Estrangeiros]. Tóquio, 12 dez. 2017. Disponível em: <http://www.mext.go.jp/a_menu/koutou/shitu/1287263.htm>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- MINISTÉRIO Federal da Áustria de Assuntos Europeus, Integração e Relações Exteriores. *Faith Communities on the Humanitarian Consequences of Nuclear Weapons* [Comunidades Religiosas sobre as Consequências Humanitárias das Armas Nucleares]. Apresentação de ONG. 9 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Zentrale/Aussenpolitik/Abruestung/HINW14/Statements/HINW14_Statement_Faith_Communities.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores do Japão). *Remarks by H.E. Mr. Fumio Kishida, Minister for Foreign Affairs of Japan At the First Session of the Preparatory Committee for the 2020 NPT Review Conference* [Comentários do H. E. Sr. Fumio Kishida, Ministro das Relações Exteriores do Japão na Primeira Sessão do Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão do NPT em 2020]. Tóquio, 2 maio 2017. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000253041.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- NICHIREN. *Nichiren Daishonin Goshu Zenshu* [Os Escritos de Nichiren Daishonin]. HORI, Nichiko (Ed.). Tokyo: Soka Gakkai, 1952.

Continua na pág. 54.

Continuação da pág. 53.

_____. *The Writings of Nichiren Daishonin* [Os Escritos de Nichiren Daishonin]. Tradução do Comitê de Tradução do Gosho (Ed.). Tóquio: Soka Gakkai, v. 1-2, 1999-2006.

NORMAN, K. R. (trad.). *The Group of Discourses (Sutta-nipāta)* [A Coleção de Discursos]. Oxford: The Pali Text Society, 2001.

OHCHR (Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos). In: HUSSEIN, Zeid Ra'ad Al. *Values Enshrined in Universal Declaration of Human Rights under Assault, Must Be Defended* [Valores Consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos estão sob Ataque e Devem Ser Defendidos]. 10 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22507&LangID=E>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Political Declaration and Madrid International Plan of Action on Ageing* [Declaração Política e Plano Internacional de Madri para a Ação sobre o Envelhecimento]. Nova York: UN, 2002.

_____. *2010 Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons NPT/CONF.2010/50* (Vol. I). [Conferência de Revisão de 2010 entre as Partes do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares NPT/CONF.2010/50 (Vol. I)]. In: ASSEMBLEIA GERAL. Nova York, 18 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=NPT/CONF.2010/50%20\(VOL.I\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=NPT/CONF.2010/50%20(VOL.I))>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Faith Communities Concerned about the Humanitarian Consequences of Nuclear Weapons* [Comunidades Religiosas Preocupadas com as Consequências Humanitárias das Armas Nucleares]. Apresentações de ONGs para a Conferência de 2005 para a Revisão do NPT. Nova York, 1º maio 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/conf/npt/2015/statements/pdf/individual_6.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *On the Objectives and Significance of Prohibiting Nuclear Weapons* [Sobre os Objetivos e o Significado de Proibir as Armas Nucleares]. A/CONF.229/2017/NGO/WP.8 Documento de Trabalho Enviado pela Soka Gakkai Internacional. Nova York, 23 mar. 2017. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/ptnw/pdf/A%20CONF.229%202017%20NGO%20WP.8%20_SGIWorkingPaper_Final.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. CENTRO DE NOTÍCIAS. *Conference to Negotiate Legally Binding Instrument Banning Nuclear Weapons Adopts Treaty by 122 Votes in Favour, 1 against, 1 Abstention* [Conferência para Negociar um Instrumento Legalmente Vinculante a fim de Banir as Armas Nucleares Adota Tratado por 122 Votos a Favor, 1 Contra, 1 Abstenção]. Nova York, 7 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2017/dc3723.doc.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais). *New York Declaration for Refugees and Migrants* [Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes]. A/RES/71/1. In: ASSEMBLEIA GERAL. Nova York, 19 set. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/1>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons* [Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares]. A/CONF.229/2017/8. In: ASSEMBLEIA GERAL. Nova York, 7 jul. 2017. Disponível em: <<http://undocs.org/A/CONF.229/2017/8>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Open-ended Working Group on Ageing. Chair Summary* [Grupo de Trabalho Aberto sobre o Envelhecimento. Resumo da Diretoria]. Nova York, 2017. Disponível em: <<https://social.un.org/ageing-working-group/documents/eighth/ChairSummary.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Population Facts* [Dados Populacionais]. Nova York, 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/populationfacts/docs/MigrationPopFacts20175.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

ONU Mulheres. *Global Platform on Gender Equality and Religion Launched* [Lançamento da Plataforma pela Igualdade de Gêneros e Religiões]. Nova York, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/3/news-global-platform-on-gender-equality-and-religion-launched>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *UN Secretary-General Visits UN Women Centre in Za'atari Refugee Camp, His First Stop on His Visit to Jordan* [Secretário-Geral da ONU Visita Sede da ONU Mulheres no Campo de Refugiados em Za'atari, sua Primeira Parada em sua Visita à Jordânia]. 28 mar. 2017. Disponível em: <<http://arabstates.unwomen.org/en/news/stories/2017/3/news-un-secretary-general-visits-un-women-centre-in-zaatari-refugee-camp-jordan>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Speech: Women, Peace and Security, an Essential Pillar in Global Affairs*. [Discurso: Mulheres, Paz e Segurança, um Pilar Essencial para os Assuntos Mundiais]. In: MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. 27 out. 2017. Disponível em:

<<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/10/speech-ed-phumzile-unsco-open-debate-on-women-peace-and-security>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

OPANAL (Agência para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe). *Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean: Treaty of Tlatelolco*. [Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe: Tratado de Tlatelolco]. Tlatelolco, 29 jan. 2002. Disponível em: <http://www.nti.org/media/pdfs/tlatelolco_treaty_text_english.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

OPAQ (Organização para a Proibição de Armas Químicas). In: ÜZÜMCÜ, Ahmet. *20 Years of the OPCW: Its Achievements, Future Outlook and Cooperation with Industry* [20 Anos da OPAQ: Suas Conquistas, Perspectivas e Cooperação com a Indústria]. 27 out. 2017. Disponível em: <https://www.opcw.org/fileadmin/OPCW/ODG/uzumcu/ICCA_speech_DG.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PARISER, Eli. *The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You* [O Filtro-Bolha: O que a Internet está Escondendo de Você]. Nova York: The Penguin Press, 2011.

POINT du Jour. *KHRUSHCHEV Does America* (2013). Direção: Tim Toidze. 59 min. Cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QRJfo14PPWc>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

REACHING Critical Will. *Public Statement to the First Negotiation Conference for a Treaty to Prohibit Nuclear Weapons Leading to Their Elimination* [Declaração Pública para a Primeira Conferência de Negociação de um Tratado para Proibir Armas Nucleares Levando-as à Extinção]. Nova York: 28 mar. 2017. Disponível em: <http://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/nuclear-weapon-ban/statements/28March_FaithCommunities.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SEIKYO SHIMBUN. *Kokka no shimin kara sekai no shimin e* [Da Cidadania de um País à Cidadania do Mundo], 4 mar. 1992. (Entrevista com John Humphrey)

SGI (Soka Gakkai Internacional). *Public Statement to the Open-ended Working Group Taking Forward Multilateral Nuclear Disarmament Negotiations* [Declaração Pública para o Grupo de Trabalho Aberto que Leva Adiante as Negociações Multilaterais para o Desarmamento Nuclear Global]. Genebra, 2016. Disponível em: <<http://www.sgi.org/content/files/resources/ngo-resources/OEWG-Joint-Statement.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

THURLOW, Setsuko. *Special Contribution* [Contribuição Especial]. Hiroshima Peace Media Center, 4 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.hiroshimapeace-media.jp/?p=78859>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

TODA, Josei. *Declaration Calling for the Abolition of Nuclear Weapons* [Declaração pela Abolição das Armas Nucleares]. Yokohama, 1957. Disponível em: <<http://www.joseitoda.org/vision/declaration>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *Toda Josei zenshu* [Coletânea de Obras de Josei Toda], v. 1-9. Tóquio: Seikyo Shimbunsha, 1981-1990.

UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima). *Mayors of 140 of World's Largest Cities Express Commitment to Paris Goals: Montréal Declaration Pledges Climate Leadership* [Prefeitos das 140 Maiores Cidades do Mundo Expressam seu Compromisso com os Objetivos de Paris: Declaração de Montreal se Compromete com a Liderança Climática]. Montreal, 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://newsroom.unfccc.int/paris-agreement/the-cities-of-the-world-proclaim-the-montreal-declaration/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. *More than 250 US Mayors Commit to 100% Renewable Energy by 2035* [Mais de 250 Prefeitos dos Estados Unidos se Comprometem com o Objetivo de 100% de Energia Renovável até 2035]. Montreal, 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://newsroom.unfccc.int/climate-action/more-than-250-us-mayors-aim-at-100-renewable-energy-by-2035/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). *Five-Fold Increase in Number of Refugee and Migrant Children Traveling Alone Since 2010* [Número de Crianças Refugiadas e Migrantes que Viajam Sozinhas Quintuplica]. Nova York, 17 maio 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/media_95997.html>. Acesso em: 26 jan. 2018.

UNISDR (Secretariado da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030* [Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres entre 2015 e 2030]. Genebra: UNISDR, 2015.

WATSON, Burton (trad.). *The Lotus Sutra and Its Opening and Closing Sutras* [O Sutra do Lótus e os seus Sutras de Abertura e Encerramento]. Tóquio: Soka Gakkai, 2009.

YOSHIDA, Fumihiko. *Japan Still Clings to Outdated "Nuclear Umbrella"* [Japão Ainda se Apega ao Ultrapassado "Guarda-Chuva Nuclear"]. 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.asahi.com/special/news/articles/OSK201308150234.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.



